

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 078/2023
Data: 08/05/2023



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
COM 71 PORTOS PÚBLICOS MARÍTIMOS E FLUVIAIS, BRASIL PODE CRESCER COM CABOTAGEM E HIDROVIAS.....	4
IBAMA PRORROGA LICENÇA PARA DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO NO PORTO DE SANTOS ATÉ 2025	6
DIREÇÃO DO PORTO DE SANTOS DIZ QUE PORTARIA SOBRE TERCEIRIZAÇÃO DA GUARDA PORTUÁRIA SERÁ REVOGADA	6
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	8
INDÚSTRIA NAVAL SÓ SOBREVIVE COM GARANTIA DE COMPETITIVIDADE	8
TESOURO PAGA, EM ABRIL, R\$ 785,03 MILHÕES EM DÍVIDAS DE ESTADOS.....	10
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS.....	11
ANTAQ APRESENTA AGENDA AMBIENTAL 2023 AO IBAMA	11
PORTAL PORTO GENTE	12
FERROVIAS BRASILEIRAS SERÃO CATEGORIZADAS PARA MAIOR EFICIÊNCIA DE PROJETOS.....	12
ALCKMIN AFIRMA QUE DRAWBACK DE SERVIÇOS SERÁ REGULAMENTADO NESTE ANO.....	13
BE NEWS – BRASIL EXPORT	14
EDITORIAL – O EXEMPLO DE SINGAPURA	14
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	14
<i>Paranaguá 1</i>	<i>15</i>
<i>Paranaguá 2</i>	<i>15</i>
<i>Contêineres</i>	<i>15</i>
<i>Murão no Valongo 1</i>	<i>15</i>
<i>Murão no Valongo 2</i>	<i>15</i>
NACIONAL - SENADO VAI DECIDIR SOBRE REGULAMENTAÇÃO DO MARCO LEGAL DO SANEAMENTO BÁSICO	15
NACIONAL - AUDIÊNCIA PÚBLICA DE TERMINAL DO PORTO DE ITAGUAÍ É MARCADA PARA O PRÓXIMO DIA 19.....	16
SINGAPURA - SINGAPURA SABE QUE O FUTURO DEPENDE DE ESTAR À FRENTE EM INOVAÇÃO, DIZ DIRETOR DA ABTRA ...	17
REGIÃO SUDESTE - ESTALEIRO ENTREGA EMBARCAÇÃO PARA UNIDADE DO IBAMA NA BAÍA DE SANTOS.....	18
PORTUGAL - REPSOL VAI INVESTIR R\$ 3,6 BILHÕES NA EXPANSÃO DO SEU COMPLEXO INDUSTRIAL EM SINES	19
NACIONAL – SANTOS EXPORT 15 E 16 DE MAIO – BLUS MED CONVENTION CENTER – SANTOS – SP	21
OPINIÃO – ARTIGOS - NUMA DEMOCRACIA UTÓPICA	22
REGIÃO SUDESTE - PORTO DE AÇU RECEBE PRIMEIRA EMBARCAÇÃO COM COMBUSTÍVEL GNL	23
REGIÃO NORDESTE - EMPRESA LANÇA PEDRA FUNDAMENTAL DA USINA TERMELÉTRICA QUE SERÁ INSTALADA NA ZPE CEARÁ.....	24
NACIONAL - RIO RECEBE CONFERÊNCIA NACIONAL DE DIREITO MARÍTIMO E PORTUÁRIO NO FIM DESTES MÊS.....	25
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP.....	26
LOCALFRIO INVESTE CERCA DE R\$ 500 MIL PARA FOMENTAR PROJETOS DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES, INCLUSÃO	26
GOVERNO REDUZ EM 56% PREÇO DE TAXA DE VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA PARA TRANSPORTE DE CARGA E DE PASSAGEIROS.....	27
SECRETARIA DE PORTOS, AEROPORTOS E FERROVIAS É APRESENTADA EM SEMINÁRIO DE DIREITO DO TRABALHO PORTUÁRIO.....	28
COMITÊ DA ABDM E UNISANTA SE REÚNEM PARA PLANEJAR VI CONGRESSO DE DIREITO MARÍTIMO	29
EMAP APRESENTA OPORTUNIDADES NO EVENTO MARANHÃO DE NEGÓCIOS.....	30
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	30
PETROBRAS, EQUINOR E REPSOL SINOPEC VÃO INVESTIR US\$ 9 BILHÕES NO BM-C-33.....	30
SILVEIRA DEFENDE JUDICIALIZAÇÃO E DIZ QUE PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS ACONTECEU EM “OUTRO GOVERNO E CONTEXTO”	32
EQUINOR APROVA INVESTIMENTOS EM CAMPO DE GÁS NA BACIA DE CAMPOS	33
EÓLICA, SOLAR E BIOGÁS UNEM FORÇAS PARA DESENVOLVER MERCADO BRASILEIRO DE HIDROGÊNIO	35
JORNAL O GLOBO – RJ.....	37
NOME DE GALÍPOLO PARA DIRETORIA DO BANCO CENTRAL AGRADA A OPOSIÇÃO.....	37
SUZANO, GIGANTE BRASILEIRA DE CELULOSE, ESTUDA EXPORTAR EM YUAN PARA A CHINA	38
GOVERNO LULA VAI TENTAR REVERTER NO SENADO DERROTA DO MARCO DO SANEAMENTO, DIZ PADILHA.....	38
RELATOR DO ARCABOUÇO FISCAL AFIRMA QUE VOTAÇÃO DA URGÊNCIA DO PROJETO NA CÂMARA SERÁ DIA 16.....	39
MINISTRO DE MINAS E ENERGIA DIZ QUE AÇÃO DO GOVERNO PARA AUMENTAR PODER SOBRE ELETROBRAS NÃO BUSCA REVER PRIVATIZAÇÃO	40
REVER PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS É ‘PREOCUPANTE’, DIZ LIRA.....	41
SECRETÁRIO DE ECONOMIA VERDE DEFENDE ‘METODOLOGIA BRASILEIRA’ PARA O MERCADO DE CARBONO.....	42



O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	44
‘LULA DESTRÓI PATRIMÔNIO PÚBLICO EM EMBATE SOBRE A ELETROBRAS’, DIZ ELENA LANDAU	44
COMO O GOVERNO LULA TENTA, NA PRÁTICA, REESTATIZAR A ELETROBRAS.....	47
MERCADO REDUZ PROJEÇÕES PARA A INFLAÇÃO DESTES ANOS, APÓS CINCO SEMANAS DE ALTA	49
VALOR ECONÔMICO (SP)	49
CCR ENTRA EM NOVO CICLO COM EXPANSÃO SELETIVA	50
AGENDA DE EMPRESAS: ELETROBRAS AVALIARÁ MEDIDAS CONTRA TENTATIVA DE REESTATIZAÇÃO.....	51
SEMANA TEM PETROBRAS, ITAÚ E MRV ENTRE DESTAQUES DOS BALANÇOS DO 1º TRIMESTRE.....	52
AGÊNCIA BRASIL - DF	53
HADDAD VIAJA AO JAPÃO PARA PARTICIPAR COMO CONVIDADO DE REUNIÃO DO G7	53
HADDAD ANUNCIA GABRIEL GALÍPOLO PARA DIREÇÃO DE POLÍTICA MONETÁRIA DO BC	54
PORTAL PORTOS E NAVIOS	55
CDFMM APROVA ALTERAÇÃO DE ESTALEIRO PARA REPARO E MODERNIZAÇÃO DE EMBARCAÇÕES DE APOIO	55
FROTA DE APOIO MARÍTIMO SE MANTÉM ESTÁVEL NO 1º TRIMESTRE	55
VLI REALIZA PRIMEIROS EMBARQUES DA SAFRA DE AÇÚCAR DE 2023.....	57
PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL TEM CONCLUÍDA A DRAGAGEM DE DOIS BERÇOS DE ATRACAÇÃO.....	58
ARTIGO - A DIGITALIZAÇÃO E A CONFIANÇA DOS FINANCIADORES	58
NAVALSHORE AMAZÔNIA TEM 100% DOS ESPAÇOS COMERCIALIZADOS.....	60
RECEITA DA MAERSK CAI 26% NO PRIMEIRO TRIMESTRE 2023/2022	60
PRODUÇÃO DE PETRÓLEO CRESCE 4,5% EM MARÇO SOBRE O MESMO MÊS DE 2022	61
PORTO DO RECIFE REALIZA OPERAÇÃO INÉDITA DE EMBARQUE DE ÁLCOOL	62
PPSA DIVULGA CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	63
ARCELORMITTAL ANUNCIA NOVO CICLO DE INVESTIMENTO PARA O CENTRO DE INOVAÇÃO NA CAPITAL MINEIRA	63
ÍNDICE PROGRESSIVO PODE SER ALTERNATIVA PARA ESTIMULAR CONTEÚDO LOCAL.....	64
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	65
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	65



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

COM 71 PORTOS PÚBLICOS MARÍTIMOS E FLUVIAIS, BRASIL PODE CRESCER COM CABOTAGEM E HIDROVIAS

Investimentos são o caminho apontado para alavancar a competitividade e a excelência do setor

Por: *Bárbara Farias*

O potencial portuário do Brasil e as oportunidades que ele proporciona podem ser medidos de diversas formas. Nos números, as dimensões continentais do País são evidenciadas pelos 71 portos marítimos e fluviais listados pela Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, órgão vinculado ao Ministério de Portos e Aeroportos. Na análise logística, uma certeza: diante de tantas possibilidades, investimentos em cabotagem e hidrovias são o caminho para alavancar a competitividade e a excelência do setor.



Maior complexo portuário da América Latina, Porto de Santos é referência nacional; Brasil conta com outros 70 complexos públicos em operação Foto: Alexander Ferraz/AT

O Brasil tem 33 portos públicos marítimos organizados, de acordo com a Secretaria Nacional de Portos. Entre eles, os que são administrados pelo Governo Federal por meio das Companhias Docas e aqueles cuja gestão é delegada a municípios, estados ou consórcios públicos.

A pasta federal usa como classificação de porto marítimo ou fluvial o tipo de navegação de longo curso ou interior, e não por localização geográfica. Por exemplo, o Porto de Manaus (AM) é geograficamente fluvial, entretanto, é classificado como marítimo por receber embarcações de linhas oceânicas.

Para o consultor portuário e sócio-diretor da Agência Porto Consultoria, Ivam Jardim, diante de tantos portos marítimos e fluviais, a cabotagem “tem um grande potencial de crescimento, dada as grandes distâncias no Brasil, e do consumo de grande parte da população, ao longo da costa. O aumento da cabotagem significa economia no transporte de longa distância, que precisa ganhar escala, se tornando assim de fato mais barata, para que essa economia lógica se torne real”.

Em relação ao potencial hidroviário do País, o Ministério de Portos e Aeroportos já sinalizou a intenção de investir no modal. Quanto a isso, Jardim comentou: “Dar o devido investimento para que rios virem hidrovias, com regras de operação, investimentos, manutenção e gestão, é desbloquear um potencial enorme de transporte que será também mais barato do que o rodoviário, como alternativa, ou até mesmo em algumas localidades é a única opção da região”.

Potencial comprovado

O advogado Larry Carvalho, que é mestre em Direito Marítimo e especialista em logística, comércio internacional e agronegócio, apontou os benefícios logísticos do escoamento da produção agrícola pelos portos do Arco Norte (acima do paralelo 16, linha imaginária que divide o Brasil em duas partes) como uma prova do potencial nacional.

“As estações de transbordo e os comboios de transporte fluvial para eventual exportação de commodities significam uma redução de custo de quase 30% em logística interna, comparado com outros corredores logísticos que utilizam preponderantemente o transporte rodoviário”.



Quanto à cabotagem, Larry observou que, considerando que “80% da densidade populacional estão situadas em áreas a menos de 200 km da costa, é necessário expandir a utilização deste modal. Os benefícios são inúmeros, menor impacto ambiental, menores custos, menores incidências de avaria e roubo de carga”.

No entanto, Larry afirmou que por muito tempo não se teve uma política pública clara de equilíbrio da matriz modal e incentivo à cabotagem. "Assim, mesmo com uma alta demanda pela cabotagem (crescimento de aproximadamente 10% ao ano nos últimos anos), não tivemos crescimento de oferta de tonelagem. Os motivos foram protecionismo e obstáculos regulatórios. O projeto BR do Mar, agora pendente de regulação, veio para servir como um divisor de águas”.

Outros fatores

Ex-diretor da antiga Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), atual Autoridade Portuária de Santos (APS), e ex-presidente da Companhia Docas de São Sebastião, o engenheiro, consultor portuário e colunista de A Tribuna Frederico Bussinger analisa que o aumento do número de portos no Brasil é importante, mas há outros itens a serem considerados. "Automação, mecanização e interconexão modal vêm antes”.

Para Bussinger, em se tratando de modernização, os portos brasileiros estão no pelotão intermediário. "Não somos nem os mais modernos nem o rabo da fila. Mas temos ilhas de excelência, como é o caso da logística de cítricos e de minério de ferro e benchmarkings internacionais”.

Quanto à infraestrutura de equipamentos, o especialista salientou que “nossos portos utilizam similares aos da maioria dos portos de primeira linha do mundo. Sistemas também. Evidentemente, há portos com equipamentos e sistemas de maior produtividade que os nossos. Mas não passamos vergonhas ante a maioria dos portos europeus e americanos. Também dos asiáticos, excetuando casos como os de Singapura e alguns chineses”. Quanto aos gargalos, no operacional, a prioridade é a intermodalidade.

Portos marítimos

Santos / São Sebastião / Rio de Janeiro (RJ) / Angra dos Reis (RJ) / Itaguaí (RJ) / Niterói (RJ) / Salvador (BA) / Ilhéus (BA) / Aratu (BA) / Maceió (AL) / Natal (RN) / Areia Branca (RN) / Fortaleza (CE) / Vila do Conde (PA) / Belém (PA) / Santarém (PA) / Suape (PE) / Imbituba (SC) / Laguna (SC) / São Francisco do Sul (SC) / Itaquí (MA) / Cabedelo (PB) / Recife (PE) / Antonina (PR) / Paranaguá (PR) / Pelotas (RS) / Porto Alegre (RS) / Rio Grande (RS) / Itajaí (SC) / Macapá (AP) / Forno (RJ) / Manaus (AM) / Porto Velho (RO)

Portos fluviais

Cruzeiro do Sul (AC) / Porto Acre (AC) / Porto Walter (AC) / Ibotirama (BA) / Corumbá (MS) / Ladário (MS) / Mundo Novo (MS) / Cáceres (MT) / Almeirim (PA) / Altamira (PA) / Gurupá (PA) / Itaituba (PA) / Juruti (PA) / Monte Alegre (PA) / Óbidos (PA) / Oriximiná (PA) / Porto de Moz (PA) / Prainha (PA) / Senador José Porfírio (PA) / Vitória de Xingu (PA) / Santa Terezinha (PR) / Terra Roxa (PR) / Estrela (RS) / Cachoeira do Sul (RS) / Charqueadas (RS) / Jaguarão (RS) / Santa Vitória do Palmar (RS) / Anhembi (SP) / Jaú (SP) / Panorama (SP) / Pederneiras (SP) / Terminal Floresta (SP) / Terminal São Miguel (SP) / Terminal Fazenda São Joaquim (SP) / Eclusa Tietê Montante (SP) / Usina Diamante (SP) / Usina Pioneiros (SP) / São Pedro (SP)

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 08/05/2023

IBAMA PRORROGA LICENÇA PARA DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO NO PORTO DE SANTOS ATÉ 2025

Ela é válida para os berços e acessos dos Armazéns 12A ao 23 para profundidade de 15 metros
Por: Bárbara Farias



Segundo a APS, a dragagem Foto: Carlos Nogueira/Arquivo/AT

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) prorrogou a licença de instalação para a dragagem de aprofundamento dos berços e acessos dos Armazéns 12A ao 23, no Porto de Santos, até 5 de abril de 2025. A profundidade é para 15 metros.

O aviso de licença, oficializado com o número 1.370/2020 e assinado pelo presidente da Autoridade

Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, foi publicado no Diário Oficial da União (DOU), na edição do último dia 28.

Segundo a APS, em nota enviada à Reportagem, “a renovação da licença ambiental é necessária para que a obra seja executada”. Atualmente, de acordo com a gestora do Porto de Santos, a “obra está em fase de planejamento e investigação preliminar para elaboração do projeto básico e posterior licitação para contratação da dragagem”.

“A primeira fase da dragagem de aprofundamento do canal de navegação para 16 metros DHN (referência do nível do mar estabelecido pela Diretoria de Hidrografia e Navegação da Marinha — Autoridade Marítima) envolve a elaboração do anteprojeto (em andamento) que será encaminhado ao órgão ambiental visando o licenciamento da obra”, explicou a Autoridade Portuária.

Após a elaboração do anteprojeto, emissão da licença pelo órgão ambiental e conclusão do certame licitatório, o contrato da obra será publicado no site oficial do Porto de Santos, com todas as informações, inclusive, referente ao orçamento previsto para a execução das obras.

Os acessos aos berços dos Armazéns 12A ao 23 incluem o trecho compreendido entre o canal de navegação e o cais e as bacias de evolução.

Entenda

A dragagem de aprofundamento é o serviço que permite a criação ou ampliação de canais de acesso aos portos, com retirada de sedimentos acumulados ao longo do tempo - em geral por conta da movimentação da correnteza e outros fatores climáticos - por meio de embarcações apropriadas.

Outro tipo de trabalho bastante executado nos complexos portuários brasileiros é a dragagem de manutenção, que consiste na garantia de que determinada profundidade será mantida para a navegação.

*Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 08/05/2023*

DIREÇÃO DO PORTO DE SANTOS DIZ QUE PORTARIA SOBRE TERCEIRIZAÇÃO DA GUARDA PORTUÁRIA SERÁ REVOGADA

Garantia foi dada pela direção da Autoridade Portuária em reunião com sindicalistas
Por: Bárbara Farias



Porto, na quinta-feira (4).

Lideranças sindicais pretendiam fazer uma manifestação em frente à APS, mas foram recebidos pela diretoria da Autoridade Portuária de Santos na quinta-feira (4) Foto: Divulgação/APS

Uma portaria que autorizava a substituição da Guarda Portuária por empresas de segurança privada no Porto de Santos será revogada.

A informação foi divulgada pelo presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, a um grupo de lideranças sindicais, em reunião realizada na sede da estatal gestora do

Porto, na quinta-feira (4).
Na ocasião, diversas demandas dos trabalhadores foram analisadas pela direção da APS. Em nota à imprensa, a Autoridade Portuária confirmou que a Portaria 84/2021, publicada em 1º de julho de 2021 pelo então Ministério dos Transportes e que autoriza a substituição da Guarda por companhias privadas de segurança, será revogada.

Entre as funções da corporação, estão exercer a segurança patrimonial portuária, fiscalizando as áreas restritas, controladas e públicas do Porto de Santos. A Guarda Portuária atua também no controle da entrada, permanência, movimentação e saída de pessoas, veículos, unidades de carga e mercadorias nas áreas públicas, além de operar o sistema de circuito fechado de televisão do Centro de Controle de Comunicações, Operações e Monitoramento (CCCOM) do complexo santista.

Outros temas abordados na reunião foram a manutenção do cais público, garantia de emprego aos trabalhadores portuários avulsos e áreas disponíveis para estacionamento de caminhões.

Na mesma nota em que garantiu a revogação da Portaria 84/2021, a APS explicou que “será revogada a resolução que autorizava a privatização do Porto de Santos e que estão em andamento ações para manter o cais público; bem como para resolver o problema da falta de estacionamento para caminhões”.

A Tribuna apurou que Pomini se comprometeu, inclusive, a agendar uma reunião dos sindicalistas com o ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, e o encontro deve ocorrer dentro de um mês.

Segundo João de Andrade, que é vice-presidente do Sindaport, sindicato que representa os trabalhadores da APS, também foi debatida uma “mudança no Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ), com local definido e permanente de um cais público, pois esse é o que mais emprega o trabalhador portuário avulso, além da mudança de avulsos cadastrados para a condição de registrados junto ao Órgão de Gestão de Mão de Obra (Ogmo)”.

Transportes

O diretor jurídico do Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Carga a Granel de Santos, Cubatão e Guarujá, William Santos, destacou que Anderson Pomini “foi muito transparente e objetivo” na reunião. “Nós transportamos grãos e insumos para fertilizantes e estamos reivindicando estacionamento para caminhões. Protocolaremos nosso pedido em 30 dias”.

Para o presidente do Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens da Baixada Santista e Vale do Ribeira (Sindicam), Luciano Santos de Carvalho, a reunião foi positiva. “Nós reivindicamos áreas de estacionamento e soluções no trecho das obras na Avenida Augusto Barata, no Retão da Alemoa. Ali, na entrada, que levava cerca de 20 minutos para passar, agora os caminhoneiros estão levando de uma hora e meia a duas horas”, disse Carvalho.

O Sindicam representa, principalmente, motoristas que levam contêineres e que enfrentam transtornos na chegada ao Porto de Santos. “Outra reivindicação nossa é para mudar a nova regra

de janela de agendamento. Quando o caminhoneiro chega adiantado, ele não pode entrar na fila para descarregar a carga e não tem onde parar o caminhão para aguardar a vez”.

A nova regra de tolerância na recepção de caminhões após a janela de agendamento no Porto de Santos está sendo implantada de forma escalonada desde 1º de outubro do ano passado. Na terça-feira (2), a espera máxima tolerada passou a ser de duas horas após a janela de agendamento. A norma vale para carga solta e containerizada.

Luciano indicou três áreas ideais para estacionamento. “Na região do STS10, perto do Saboó, até o Ecoporto; ou um terreno que fica em frente à BTP e que pode receber até 400 caminhões se for aterrado; ou no antigo Redex da Libra, na Avenida Portuária (Av. Mário Covas Júnior, no Estuário, sentido Ponta da Praia)”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 08/05/2023



MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA

INDÚSTRIA NAVAL SÓ SOBREVIVE COM GARANTIA DE COMPETITIVIDADE

A Transpetro comunicou na última quinta-feira (04) que sua prioridade é a retomada da indústria naval. A medida ajuda estaleiros parados no país, mas a exigência do conteúdo nacional mínimo é um obstáculo.

Por Patricia Raposo



Navio Abdias Nascimento da frota da Transpetro/Foto: Transpetro

A Transpetro comunicou na última quinta-feira (04) que a prioridade da nova gestão é a retomada da indústria naval no Brasil. O anúncio foi de Sérgio Bacci, seu presidente. Mas, o próprio Bacci admitiu que “para a indústria naval ser efetiva, ela precisa ser perene, ter demanda de longo prazo”.

Para especialistas no setor, essa demanda está intrinsecamente ligada à competitividade com o mercado internacional.

“Os navios de segunda mão à venda no Oriente têm preços muito competitivos e as empresas brasileiras tendem a comprar por lá navios usados em boas condições. Para dar certo, os preços no Brasil precisam ser competitivos”, analisa Francisco Martins, ex-presidente do Complexo Portuário Industrial de Suape e consultor para o setor portuário.

Uma fonte ligada ao governo federal, que pediu reserva, observa que a medida é boa, considerando a quantidade de estaleiros parados no país, mas tem um detalhe: a exigência do conteúdo nacional mínimo para a indústria naval.

A exigência desse conteúdo nacional pode chegar a 75% no Brasil. Em outros países, como a Singapura, é inversamente proporcional: o consumo de conteúdo importado chega a 90%.

“O problema é que a exigência do conteúdo nacional mínimo para a produção naval obriga empresas a terem que comprar no Brasil componentes a preços mais elevados, como chapa de aço, motor...”, ressalta. Isso, segundo a fonte, a princípio pode parecer bom, porque gera empregos. “Mas, por

outro lado, acaba incentivando indústrias não competitivas, como aconteceu no passado”, acrescentou.

EAS: caso clássico da indústria naval no NE/Foto: reprodução do Youtube

Em Suape, há um caso clássico: o Estaleiro Atlântico Sul (EAS). Ele foi concebido para ser um dos maiores estaleiros da América do Sul, mas não resistiu. Quando acabaram as encomendas da Petrobras, não ocorreram outras, porque os preços não eram capazes de concorrer com a indústria naval internacional. O EAS findou em Recuperação Judicial.



Especialistas ouvidos pelo ME admitem que no caso do outro estaleiro situado em Suape, o Vard Promar, do grupo italiano Ficantieri, a recuperação poderia ser mais imediata. É que o Promar tem negócios no mundo inteiro e convive com as oscilações da indústria naval com maior frequência, podendo voltar às atividades com mais fluidez.

Demanda para indústria naval

“A demanda da Petrobras por navios aliviadores é uma demanda concreta, e vem sendo suprida mediante o afretamento de embarcações no exterior”, comenta a ex-CEO do EAS e conselheira de empresas, Nicole Terpins.

Nicole vivenciou o processo de decadência do EAS devido à falta de encomendas e à baixa competitividade. “A medida beneficia muito aos estaleiros brasileiros – em especial os pernambucanos, com track record de construções para a Transpetro”, analisa.

Entretanto, Nicole ressalta que é muito importante que o direcionamento da demanda para os estaleiros nacionais ocorra de uma forma estruturada, mediante o equacionamento de outros desafios da competitividade. “Sem competitividade, estaremos correndo o risco de daqui a alguns anos cairmos na mesma armadilha, com novo desvio da demanda para o exterior”, disse.

Nicole diz esperar que além de criar a demanda para construção das embarcações, o governo trabalhe na estrutura de custos dos estaleiros, favorecendo a aquisição de matéria prima mais barata (no Brasil ou no exterior), reduzindo os encargos trabalhistas e tributários e garantindo o financiamento a produção através de linhas atrativas e da criação de ferramentas para garantia do crédito.

Embraer

Segundo o especialista do governo, o modelo naval tem que seguir o modelo aéreo. A Embraer, por exemplo, não é obrigada a comprar conteúdo nacional mínimo. É livre para comparar os componentes das aeronaves em qualquer lugar do mundo.



“Pegando esse exemplo da Embraer, acredito que seria uma boa ideia deixarmos a indústria naval livre para fazer suas escolhas. Quem sabe não o setor naval chega ao nível da competitividade da Embraer. Se Embraer conseguiu, porque a indústria naval não conseguiria”, analisa.

Porto de Suape tem área para novos estaleiros/Foto: divulgação



Francisco Martins lembra, inclusive, que caso essa indústria possa de fato ser retomada, o Complexo Portuário de Suape estaria apto a receber novos estaleiros. “Suape tem um plano diretor pronto, que direciona o seu desenvolvimento e o zoneamento portuário. O plano prevê áreas para novos estaleiros”, explica antigo gestor.

As áreas em questão são as destinadas à expansão. “Isso requer, claro, grandes investimentos em dragagem para se construir os canais de acesso. De todo modo, Suape pode entrar nesse mercado com grande competitividade”, ressalta.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 08/05/2023

TESOURO PAGA, EM ABRIL, R\$ 785,03 MILHÕES EM DÍVIDAS DE ESTADOS

Por ME

A União pagou, em abril, R\$ 785,03 milhões em dívidas atrasadas de estados, segundo o Relatório de Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito e Recuperação de Contragarantias, divulgado hoje (8), pelo Tesouro Nacional, em Brasília.

Do total, R\$ 318,40 milhões são débitos não quitados pelo estado do Rio de Janeiro; R\$ 280,59 milhões de Minas Gerais; R\$ 78,69 de Goiás; R\$ 60,54 milhões do Rio Grande do Sul; R\$ 43,61 milhões de Pernambuco e R\$ 3,19 milhões do Piauí.

Neste ano, já são R\$ 3,88 bilhões de dívidas de estados honradas pela União. Os que tiveram os maiores valores pagos foram Minas Gerais (R\$ 1,43 bilhão), Rio de Janeiro (R\$ 782 milhões) e Maranhão (R\$ 414 milhões).

Em relação aos municípios, o Tesouro não cobriu débitos atrasados de prefeituras este ano.

Desde 2016, a União pagou R\$ 55,57 bilhões em dívidas garantidas. Além do relatório mensal, o Tesouro Nacional também disponibiliza os dados no Painel de Garantias Honradas.

As garantias representam os ativos oferecidos pela União – representada pelo Tesouro Nacional – para cobrir eventuais calotes em empréstimos e financiamentos dos estados, municípios e outras entidades com bancos nacionais ou instituições estrangeiras, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Como garantidora das operações, a União é comunicada pelos credores de que não houve a quitação de determinada parcela do contrato.

Recuperação de garantias

Caso o ente não cumpra suas obrigações no prazo estipulado, o Tesouro compensa os calotes, mas desconta o valor coberto de repasses federais ordinários – como receitas dos fundos de participação e compartilhamento de impostos, além de impedir novos financiamentos. Há casos, entretanto, de bloqueio na execução das contragarantias a partir da adoção de regime de recuperação fiscal ou por meio de decisões judiciais que suspenderam a execução.

Sobre as obrigações em atraso incidem juros, mora e outros custos operacionais referentes ao período entre o vencimento da dívida e a efetiva honra dos valores pela União.

Desde 2016, a União recuperou R\$ 5,61 bilhões em contragarantias. O valor é referente a dívidas pagas pelos estados do Rio de Janeiro (R\$ 2,76 bilhões) e de Minas Gerais (R\$ 1,44 bilhão), além de outros estados e municípios. Em 2023, a União ainda não recuperou nenhum valor em contragarantias.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 08/05/2023



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

ANTAQ APRESENTA AGENDA AMBIENTAL 2023 AO IBAMA

Dirigentes dos órgãos propuseram o estabelecimento de um canal de comunicação permanente entre a agência reguladora e o órgão licenciador



Brasília 05/05/2023 - Representantes da Agência Nacional Transportes Aquaviários (ANTAQ) estiveram na sede do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos (Ibama), nesta sexta-feira (05), para uma visita institucional. O diretor-geral da autarquia, Eduardo Nery, acompanhado por equipe de técnicos e assessores, foi recebido pelo presidente do órgão ambiental, Rodrigo Agostinho. Na pauta do encontro, a Agenda Ambiental da ANTAQ para 2023.

Tema prioritário da agência reguladora, a Agenda Ambiental para este ano tem em seu planejamento estudos relacionados à transição energética, eólicas offshore, relação porto-cidade e à elaboração do inventário de emissões de carbono do setor portuário. Sobre este último, Nery enfatizou a necessidade de o setor se adequar rapidamente aos compromissos mundiais sobre mudanças climáticas.

“Estamos iniciando os estudos para a elaboração do inventário de emissão de carbono para o setor regulado, pois a ANTAQ está certa de que indicadores positivos e aderentes a metas estabelecidas em compromissos como o Acordo de Paris tornarão nossos portos mais competitivos”, afirmou.

Hidrovias

As hidrovias também estiveram na pauta da visita por tratar-se de um modal que promove o equilíbrio da matriz de transporte de forma sustentável. Atualmente, importantes projetos de hidrovias encontram-se em processo de licenciamento ambiental junto ao Ibama e foram tratados na reunião, dentre os quais a implantação das hidrovias do Rio Paraguai, do Rio Tocantins e a Hidrovia Brasil-Uruguaí, que ligará a Lagoa Mirim à Lagoa dos Patos, no Rio Grande do Sul.

Também foi debatida a viabilidade de se firmar uma parceria para estudar impactos das crises hídricas nas vias navegáveis e soluções que promovam a melhoria da navegabilidade de hidrovias como a do Rio Paraguai.

Próximos passos

Ao final do encontro, os dirigentes da ANTAQ e do Ibama propuseram o estabelecimento de um canal de comunicação permanente entre os órgãos, com encontros periódicos para tratar de temas de interesse comum e estabelecer parâmetros que simplificarão processos entre as duas instituições, aprimorando a entrega de valor público à sociedade.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 08/05/2023

PORTAL PORTO GENTE

FERROVIAS BRASILEIRAS SERÃO CATEGORIZADAS PARA MAIOR EFICIÊNCIA DE PROJETOS

Assessoria de Comunicação

Presidente da FerroFrente se reuniu com secretário Nacional de Transporte Ferroviário para discutir melhorias na malha ferroviária brasileira

Na última quarta-feira, 3 de maio, o presidente da FerroFrente, José Manoel Gonçalves, se reuniu com o secretário Nacional de Transporte Ferroviário, Leonardo Ribeiro, para discutir os próximos passos que o governo tomará para aprimorar a malha ferroviária brasileira. Durante a reunião, o secretário expressou sua disposição em ouvir as demandas do setor e buscar soluções com ampla participação. Entre as medidas apresentadas, está a iniciativa inédita de categorização das ferrovias que, segundo o secretário, contribuirá para a eficiência da movimentação de passageiros e cargas no país.



Presidente da Ferrofrente (à mesa, de frente à dir.). Crédito: Divulgação / Ferrofrente.

Sobre a categorização das ferrovias, ou a "taxonomia" do setor, Ribeiro disse que a medida poderá garantir que os projetos desenvolvidos levem em consideração as peculiaridades e características únicas de cada região da malha ferroviária. "A iniciativa deve levar a soluções mais eficientes e eficazes que beneficiarão tanto os passageiros quanto o transporte de

cargas. Um passo positivo em direção à melhoria da infraestrutura de transporte do país", destacou o secretário.

O transporte ferroviário de passageiros foi apontado pelo secretário como um dos focos prioritários da atual administração. "Temos expectativas de, em breve, apresentarmos propostas para o país, com um olhar voltado para a mobilidade de passageiros por meio das ferrovias", afirmou.

Leonardo Ribeiro anunciou também a criação de uma comissão composta por membros do setor ferroviário e convidou o presidente da FerroFrente para integrar o grupo. De acordo com Ribeiro, a comissão debaterá iniciativas para o setor que se alinhem para atender as necessidades do mercado e da sociedade.

"O Ministério estuda formas para simplificar e agilizar os processos de concessão de trechos ferroviários, que poderão facilitar a entrada de novos investidores no setor, com a possibilidade de inclusão de projetos de parcerias público-privadas para investimentos em infraestrutura ferroviária", destacou.

Em resposta a essas iniciativas, José Manoel Gonçalves informou ao secretário que a Ferrofrente estabeleceu um conselho consultivo que está pronto para colaborar com o governo no desenvolvimento de medidas e iniciativas que tragam melhorias para a população e promovam o desenvolvimento do país.

"Estamos alinhados com as iniciativas trazidas pelo governo. A criação de uma comissão para discutir as demandas do setor e a taxonomia das ferrovias são medidas fundamentais para o país e demonstram um comprometimento com a melhoria da infraestrutura de transporte. Nós, da Ferrofronte, estamos prontos para colaborar com o governo e contribuir com nossos conhecimentos e experiência para que essas iniciativas tragam benefícios reais para a população e para o desenvolvimento do país. Acreditamos que o transporte ferroviário de passageiros é uma prioridade que deve ser levada a sério. É importante que o setor e o governo compartilhem dessa visão", destacou o presidente José Manoel Gonçalves.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 08/05/2023

ALCKMIN AFIRMA QUE DRAWBACK DE SERVIÇOS SERÁ REGULAMENTADO NESTE ANO

Assessoria de Comunicação

O drawback de serviços deve entrar em funcionamento até o fim do ano. A afirmação é do vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, durante sua participação essa manhã, por vídeo, na abertura do 14º Encontro Nacional de Comércio Exterior de Serviços (Enaserv), no auditório da Fecomércio SP, uma realização da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB). O drawback - que suspenderá a cobrança do PIS/PASEP e da Cofins sobre uma série de serviços, desde que sua contratação esteja diretamente vinculada às exportações de bens -, foi criado pela Lei 14.440/2022 e entrou em vigor esse ano, mas ainda depende de regulamentação.



Mesa do evento. Crédito: Divulgação.

Muito aguardada pelos agentes do comércio internacional, a modalidade é um incentivo às exportações brasileiras, já que reduz custos tornando os produtos mais competitivos no mercado global. "A indústria de bens está cada vez mais dependente dos serviços, seja em forma de juros, de atividades dentro das empresas ou como produto final vendido de forma agregada, como os bens exportados. O MDIC seguirá atuando de forma ativa e construtiva, como um

grande parceiro do setor de serviços e do conjunto da economia brasileira", garantiu o ministro e vice-presidente.

A secretária de comércio exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Tatiana Lacerda Prazeres, lembrou que o governo vem trabalhando pelo Acordo Mercosul e União Europeia, que conta com um capítulo significativo de serviços, e disse que há um olhar para tributação, desburocratização e facilitação do comércio. "Em serviços, especificamente, trabalhamos cada vez mais com produção de estatística e inteligência. Sempre com foco na promoção comercial e na cultura exportadora, já que não é evidente para todos o potencial dos serviços no mercado mundial", afirmou.

Para ela, as exportações de serviços têm potencial muito grande para o empoderamento feminino e a empregabilidade dos jovens. "Em vários países, mulheres e jovens estão muito presentes em serviços e o aumento das exportações do setor ajuda enormemente a incluir esses grupos", concluiu a secretária.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 08/05/2023



BE NEWS

BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – O EXEMPLO DE SINGAPURA

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

O setor portuário é de extrema importância para a economia de qualquer país, pois é por meio dele que se realiza a maior parte das exportações e das importações de produtos e mercadorias. E, em tempos de globalização e intensificação do comércio internacional, é fundamental que o setor portuário esteja sempre em constante evolução, para se manter competitivo e oferecer serviços de qualidade.

Nesse sentido, investir em inovação tecnológica é fundamental para que os portos possam acompanhar as mudanças do mercado e oferecer serviços mais eficientes e seguros. Como destaca reportagem publicada na edição desta segunda-feira do jornal BE News, a experiência de Singapura é um exemplo a ser seguido, já que o país se tornou um líder em inovação e tecnologia aplicada ao setor portuário.

Ao adotar a cultura da inovação, Singapura se tornou um dos países mais avançados do mundo, sendo reconhecido pelo Global Innovation Index. Isso só foi possível graças aos constantes investimentos em tecnologia e inovação, tanto por parte do governo quanto da iniciativa privada.

Esses investimentos permitiram a criação de ecossistemas de inovação, como o PIER71, que reúne startups e empresas para desenvolverem soluções para o setor portuário. Além disso, a Autoridade Portuária local também se mostrou comprometida com a inovação, oferecendo suporte para o desenvolvimento de novas tecnologias e soluções.

No Brasil, infelizmente, ainda há pouco investimento em projetos. E, quando eles ocorrem, muitas vezes é tarde demais, já que a ideia já está quase viabilizada. Isso faz com que muitos projetos inovadores fiquem pelo caminho, sem receberem a atenção necessária para se desenvolverem.

Por isso, é fundamental que o setor portuário brasileiro comece a investir mais em inovação tecnológica, para se manter competitivo no mercado internacional e oferecer serviços de qualidade aos seus clientes. A inovação tem um poder transformador, capaz de impactar positivamente não só os setores produtivos, mas toda a sociedade.

É importante que o governo, em parceria com a iniciativa privada, crie um ecossistema favorável à inovação, incentivando o desenvolvimento de startups e empresas inovadoras, assim como a Autoridade Portuária de Singapura faz. Além disso, é necessário que sejam oferecidos suporte e recursos para que essas empresas possam se desenvolver e implementar suas soluções no setor portuário.

O investimento em inovação tecnológica no setor portuário é fundamental para que o Brasil possa se tornar uma grande potência no comércio internacional, oferecendo serviços de qualidade e se mantendo competitivo no mercado global. Seguir o exemplo de Singapura é um caminho a ser seguido, pois o país se tornou um líder em inovação e tecnologia aplicada ao setor portuário. É hora de investir em inovação e tecnologia no setor portuário brasileiro, para garantir um futuro de sucesso para o país.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/05/2023

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

PARANAGUÁ 1

Os terminais do Corredor Leste de Exportação do Porto de Paranaguá (Corex) movimentaram 6,44 milhões de toneladas de grãos vegetais no primeiro quadrimestre do ano, segundo dados da Autoridade Portuária. O total é 7,9% maior do que o embarcado no mesmo período do ano passado (5,97 milhões de toneladas). Analisando os tipos de carga, foram 3,03 milhões de toneladas de soja em grão de janeiro a abril, 1,46 milhão de toneladas de farelo de soja, 1,91 milhão de toneladas de milho e 30.640 toneladas de trigo.

PARANAGUÁ 2

Segundo o diretor de Operações da Portos do Paraná, Gabriel Vieira, além do crescimento de tonelage, houve uma ampliação na produtividade dos terminais do Corredor de Exportação Leste. “Quando chove, não há operação de grãos sólidos. Neste ano, com dois dias a mais de chuva que em abril de 2022, a produtividade foi 22% maior, um número bem expressivo”, destacou.

CONTÊINERES

A movimentação de contêineres nos terminais portuários administrados pela operadora Santos Brasil registrou uma queda de 9,5% no mês passado, em relação a abril de 2022, chegando a 106.403 unidades. Já a carga geral contabilizou um aumento de 214,7%, com 31.587 toneladas. Os dados integram a prévia operacional do mês, divulgada pela empresa ao mercado na última sexta-feira, dia 5.

MURÃO NO VALONGO 1

A região dos armazéns do Valongo, no Porto de Santos (SP), começou a ser recuperada no último sábado, com a retirada do mato alto que dominava a área dos antigos galpões e, ainda, a limpeza de toda a estrutura. A iniciativa foi anunciada pelo próprio diretor-presidente da Autoridade Portuária, Anderson Pomini, e pelo diretor de Infraestrutura, Carlos Eduardo Magano, que estiveram no local acompanhando os trabalhos. É exatamente o trecho de cais dessa região o primeiro a ser construído, substituindo os clássicos trapiches - e sendo inaugurado em 1892, marcando o início da fase de porto organizado de Santos.

MURÃO NO VALONGO 2

A área do Valongo ainda passará por uma radical reformulação. Nas ruínas dos antigos armazéns, será implantado um complexo de turismo e lazer. O projeto está sendo desenvolvido pela Autoridade Portuária em parceria com a Prefeitura de Santos.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 08/05/2023

NACIONAL - SENADO VAI DECIDIR SOBRE REGULAMENTAÇÃO DO MARCO LEGAL DO SANEAMENTO BÁSICO

Comissão irá analisar proposta que derruba decretos do presidente Lula que mudam o regramento
Por **MARÍLIA SENA** marilia@portalbenews.com.br



A expectativa é de que o senador Izalci Lucas (PSDB-DF) seja o relator da discussão sobre o Marco Legal do Saneamento Básico no Senado Crédito: Jeferson Rudy/Agência Senado

A Comissão de Infraestrutura do Senado vai analisar a proposta que derruba decretos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que mudam a regulamentação do Marco Legal do Saneamento Básico.

Na última quarta-feira (3), a Câmara dos Deputados derrubou as regras que permitiam que empresas estatais prestassem serviços de saneamento sem licitação e o trecho que dava nova chance às empresas públicas para a comprovação, até 2025, da capacidade de investir.



Com a derrota do Governo Federal na Câmara, os senadores pretendem restabelecer a regra que previa novas contratações apenas com a abertura de concorrência entre as estatais e o setor privado.

Os senadores pretendem analisar o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) até o final deste mês. Segundo o senador Rogério Marinho (PL-RN), líder da oposição no Senado, o presidente do Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), se comprometeu a pautar o PDL no Plenário do Senado até o final do mês de maio.

“Pedi celeridade ao presidente Rodrigo Pacheco para que nas próximas três semanas a gente tenha condição de votar no plenário do Senado o PDL [projeto de decreto legislativo] e aprová-lo. Essa é a nossa perspectiva como oposição e defensores das prerrogativas do Parlamento”, disse.

A expectativa é de que o senador Izalci Lucas (PSDB-DF) seja o relator da discussão no Senado. O texto da regulamentação do Marco Legal do Saneamento Básico foi sancionado em 2020 pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e prevê novas normas para contratação e prestação de serviços na área. A proposta visa atrair investimentos para o setor com o objetivo de universalizar serviços de água e esgoto no Brasil até 2033, fornecendo água a 99% da população e coleta e tratamento de esgoto a 90%.

O senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR) acredita que o tema não vai sofrer resistência no Senado. Ele ressaltou a importância da concorrência entre empresas privadas e públicas.

“Travar esse processo tão importante pro país dando privilégios a empresas estatais é um absurdo. As empresas estatais que concorram em igualdade de condições e quem tiver mais agilidade que faça logo esse saneamento. O povo vai pagar de qualquer maneira, seja para estatal, seja para o privado, não muda nada para o consumidor”, afirmou.

O Governo Federal se articula dentro do Senado para impedir o avanço da derrubada dos decretos. O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), líder do Palácio do Planalto no Congresso, disse que o governo está pronto para dialogar com a oposição e que os ministros vão articular com o parlamento a defesa dos decretos presidenciais. “Os ministros estarão aqui à disposição para esclarecer, e nós acreditamos que, com isso, será possível um posicionamento diferente do Senado”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/05/2023

NACIONAL - AUDIÊNCIA PÚBLICA DE TERMINAL DO PORTO DE ITAGUAÍ É MARCADA PARA O PRÓXIMO DIA 19

Expectativa da agência é de que o equipamento contribua para o aumento da capacidade de escoamento de minério de ferro

Por **MARÍLIA SENA** marilia@portalbenews.com.br

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) informou que a audiência pública do terminal de minério do Porto de Itaguaí será no próximo dia 19. A reunião será no modelo virtual com início para às 10 horas no canal da Antaq no Youtube.

A expectativa da Antaq é de que o local receba, ao longo da concessão, cerca de R\$ 3 bilhões em investimentos e movimente quase 400 milhões de toneladas ao longo da vigência contratual, além de contribuir para o aumento da capacidade de escoamento de minério de ferro.

Os interessados em participar do processo deverão se inscrever nos WhatsApp da Antaq — (61) 2029-6940 — no próximo dia 18, do meio-dia às 17 horas. Esta é a primeira audiência pública autorizada pela agência em 2023.

O Porto de Itaguaí fica no Rio de Janeiro e é considerado um dos maiores e mais modernos do continente. A expectativa é de que o local seja o primeiro porto concentrador de cargas do Atlântico Sul.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 08/05/2023

SINGAPURA - SINGAPURA SABE QUE O FUTURO DEPENDE DE ESTAR À FRENTE EM INOVAÇÃO, DIZ DIRETOR DA ABTRA

Angelino Caputo faz balanço da viagem que realizou ao país junto à comitiva da Missão Portuária – Brasil Export 2023

Por VANESSA PIMENTEL vanessa@portalbenews.com.br

O projeto prevê que o novo Porto de Singapura terá capacidade para movimentar 65 milhões de TEU em 2040, por isso a necessidade de ser ainda mais automatizado Crédito: Divulgação



ATÉ QUE A IDEIA VIRE UM PROJETO DE FATO, QUE POSSA SER COMERCIALIZADO, DEMORA. SINGAPURA ADOTA AS BOAS IDEIAS DESDE O COMEÇO E DÁ TODA A ESTRUTURA PARA QUE ELAS POSSAM SE DESENVOLVER. NO BRASIL NÃO, OS INVESTIDORES SÓ APARECEM QUANDO A IDEIA JÁ ESTÁ PRATICAMENTE VIABILIZADA, O QUE FAZ COM QUE MUITAS FIQUEM PELO CAMINHO”

ANGELINO CAPUTO
diretor-executivo da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (ABTRA) e presidente do conselho do Brasil Tech Export

“Singapura sabe que o futuro depende de estar à frente em inovação”, diz Angelino Caputo, diretor-executivo da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (ABTRA), ao voltar para o Brasil após viagem a Singapura – eleito o país mais inovador da Ásia repetidas vezes pelo Global Innovation Index, ranking anual que analisa a capacidade dos países em obterem sucesso com inovação.

Caputo desembarcou no país no dia 24 de abril e ficou até o dia 28, participando da Missão Portuária – Brasil Export 2023, que incluiu visitas ao PIER71, principal ecossistema de inovação focado no setor marítimo, e à Autoridade Portuária local MPA (Maritime Port Authority).

Para Angelino, o país chegou a um nível de excelência em tecnologia e inovação graças a constantes investimentos, públicos e privados, em ideias que, desde o nascedouro, apresentam potencial de sucesso. “Adotaram isso como cultura, é algo que permeia a sociedade”, explica.

E, segundo ele, são exatamente esses fatores que ainda diferem do cenário encontrado no Brasil: pouco ou nenhum investimento em projetos que têm potencial, mas que ainda estão em fase inicial; e pouca popularização da cultura tecnológica.

“Até que a ideia vire um projeto de fato, que possa ser comercializado, demora. Singapura adota as boas ideias desde o começo e dá toda a estrutura para que elas possam se desenvolver. No Brasil não, os investidores só aparecem quando a ideia já está praticamente viabilizada, o que faz com que muitas fiquem pelo caminho”, explica.

Para ele, o principal objetivo de viagens como esta é mostrar para quem participa das comitivas que “inovação é tentativa e erro”, mas que quando dá certo, impacta positivamente não só os setores produtivos, mas toda a sociedade.

“Inovação tem um poder transformador e o Brasil, para se tornar uma grande potência, precisa investir em novas tecnologias”, pontua.



Tecnologias apuradas

A última vez que o diretor da ABTRA esteve em Singapura havia sido em 2019. Naquele ano, ao visitar o porto, ele viu que os portêineres eram movimentados de forma remota. Os operadores ficavam em uma sala e cada um deles conseguia operar quatro equipamentos de forma simultânea. Quase quatro anos passaram e agora cada operador já consegue operar oito portêineres ao mesmo tempo.

“E a meta deles, investindo em tecnologia, é que em breve esses operadores possam operar 20 portêineres de uma só vez. Inovação na prática”, cita.

Isso porque o Porto de Singapura vai mudar de lugar para expandir e os trabalhos já estão em andamento. “A capacidade deles de planejar a longo prazo é de fazer inveja. É um projeto de estado, não de governo, por isso é executado”, comenta.

Angelino conta que, atualmente, o complexo movimenta 37 milhões de TEU por ano, 10 vezes mais que a quantidade movimentada no Porto de Santos (SP), o maior da América Latina. O projeto prevê que o novo Porto de Singapura terá capacidade para movimentar 65 milhões de TEU em 2040, por isso a necessidade de ser ainda mais automatizado.

Questionado sobre como o país consegue automatizar tantas funções sem gerar desemprego, Caputo explica que o porto tem programas de requalificação profissional, proporcionando aos funcionários a possibilidade de migrar e atender a novas demandas.

Ao concluir o balanço da viagem, Caputo comenta que o PIER71 segue sendo o “seu modelo” a ser perseguido no Brasil. O hub de inovação reúne em um grande prédio empreendedores de tecnologia que pensam e criam soluções específicas para o setor marítimo.

“Como pode Santos ter o porto mais importante do país e não ter ali um hub de inovação?”, questiona, dizendo também que a instituição de Singapura possui parcerias com diversos países do mundo, mas não está presente na América do Sul, algo que precisa ser trabalhando, visando uma possível colaboração, o que poderia trazer ganho para o setor portuário nacional.

“Viagens como essa abrem oportunidades de futuras parcerias. O setor precisa viajar mais, mas não só para ver guindastes, dragagem, e sim para conhecer as tecnologias adotadas em outros países. É preciso olhar para o futuro”, ressalta.

Além de Caputo, fizeram parte missão portuária autoridades como os diretores da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) Felipe Queiroz e Lucas Asfor; o presidente da Companhia Docas da Paraíba (CDP), Ricardo Barbosa; o secretário de Governo da Prefeitura de Santos, Fábio Ferraz; do CEO do Brasil Export, Fabrício Julião; o presidente do Conselho do Singapura Export, Joel Julius, e integrantes do grupo que venceu o Brasil Hack Export, maratona tecnológica promovida pelo grupo Brasil Export em 2020.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/05/2023

REGIÃO SUDESTE - ESTALEIRO ENTREGA EMBARCAÇÃO PARA UNIDADE DO IBAMA NA BAÍA DE SANTOS

DGS 999 vai reforçar no apoio às atividades de fiscalização, patrulha e logística no litoral de SP

Por CÁSSIO LYRA redacao@portalbenews.com.br

O estaleiro DGS entregou uma embarcação DGS 999 com cabine para a Unidade Técnica de 2º Nível do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), localizado em Santos. Segundo a autoridade, a embarcação vai ser empregada em apoio às atividades de fiscalização, de patrulha e logística na baía de Santos.

Desenvolvida para atender às mais variadas missões, a DGS 999 é uma Embarcação Tubular Rígida Híbrida (ETRH) com casco construído de forma híbrida, utilizando Polietileno de Ultra Alto Peso Molecular (UHMW) e Polietileno de Alta Densidade (PEAD), e foi projetada para apoiar o Ibama no combate aos ilícitos marítimos no litoral paulista e região.



A DGS 999 tem comprimento total de 9,70 m, calado máximo com os motores trimados de 0,60 m, deslocamento máximo de 8 toneladas, e capacidade de carga de 2 toneladas Crédito: Divulgação

O PEAD utilizado para a construção das embarcações DGS possui densidade menor que a água, o que confere grande reserva de flutuabilidade para as embarcações DGS. O PEAD confere ainda grande ciclo de vida útil às embarcações, e não sofre processo de

corrosão.

A embarcação tem comprimento total de 9,70 m, calado máximo com os motores trimados de 0,60 m, deslocamento máximo de 8 toneladas, e capacidade de carga de 2 toneladas. Possui sistema de propulsão equipado com dois motores de popa com potência individual de 300 HP cada, e atinge velocidade máxima (top speed) de 35 nós. Tem capacidade de transporte de até 12 tripulantes.

A DGS 999 tem capacidade de navegação tanto em águas interiores quanto navegação costeira, e dispõe de um banheiro para a utilização de seus tripulantes.

Sem a possibilidade de permanecer em operações marítimas por um longo período, o Ibama necessitava de uma embarcação para contribuir com o combate aos ilícitos ambientais marinhos, tais como pesca ilegal, tráfico ilegal de animais, biopirataria, dentre outros.

De acordo com Fabio Zucherato, analista ambiental do Ibama, a aquisição da embarcação é de grande importância para a atuação nas águas jurisdicionais brasileiras.

“A embarcação é bem estável, segura, e, apesar do seu tamanho, possui grande manobrabilidade. Estamos bastante satisfeitos com o recebimento desta embarcação”, comentou.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 08/05/2023

PORTUGAL - REPSOL VAI INVESTIR R\$ 3,6 BILHÕES NA EXPANSÃO DO SEU COMPLEXO INDUSTRIAL EM SINES

Projeto da companhia prevê a construção de duas novas fábricas de plástico

Por **VANESSA PIMENTEL** vanessa@portalbenews.com.br



A Repsol Polímeros espera aumentar a sua produção para até 850 mil toneladas por ano, sendo que 310 mil deverão ser exportadas através do Porto de Sines Crédito: Divulgação

ATUALMENTE, A REPSOL OCUPA 143 HECTARES DO COMPLEXO PORTUÁRIO, QUE DEVEM SER SOMADOS A 38 HECTARES NESTE NOVO PROJETO, CHAMADO ALBA



A Repsol Polímeros planeja investir 657 milhões de euros (pouco mais de R\$ 3,59 bilhões) na expansão de seu complexo industrial no Porto de Sines, em Portugal. Segundo a companhia, este é o maior investimento industrial realizado em Portugal nos últimos 10 anos.

Atualmente, a Repsol ocupa 143 hectares do complexo portuário, que devem ser somados a 38 hectares neste novo projeto, chamado Alba, que prevê a construção de duas novas fábricas de polietileno linear e de polipropileno (plástico), com capacidade de produção de 600.000 toneladas por ano.

Este é o “maior investimento industrial realizado em Portugal nos últimos 10 anos”, ressalta a empresa, explicando que a proposta foi considerada de Potencial Interesse Nacional (PIN), ou seja, por ser relevante à economia nacional, pode obter vantagens, como mais agilidade em procedimentos burocráticos.

Outro benefício, já concedido pelo governo português, foram incentivos fiscais de até 63 milhões de euros, afirma a Repsol em comunicado à imprensa.

“O novo projeto de investimento foi concebido para acompanhar os objetivos da Repsol de ser uma empresa de emissões líquidas zero até 2050 e está alinhado com a estratégia do Acordo de Paris”, diz a empresa.

Em relação aos empregos, a fase de construção das novas fábricas deve mobilizar 550 trabalhadores, superando os mil trabalhadores em momentos de pico.

A notícia repercutiu na imprensa mundial. A revista norte-americana *Plastics Today* publicou que “a gigante petroquímica portuguesa Repsol” vai realizar o “maior investimento industrial em Portugal na última década, com as fábricas programadas para entrar em operação em 2025”.

Já o site espanhol *The Corner* destacou que, depois de iniciar a operação, a Repsol vai gerar 75 empregos diretos e cerca de 300 indiretos.

“A expansão do Complexo Industrial ilustra o compromisso da Repsol com Sines e em liderar a transição energética, promovendo a economia circular. O projeto faz parte da transformação industrial da companhia. Estamos a transformar os nossos complexos industriais em centros multienergéticos, de forma a revolucionar o setor industrial e criar emprego de qualidade”, declarou Salvador Ruiz, Diretor-geral da Repsol Polímeros.

Parecer ambiental favorável

A EXPANSÃO DO COMPLEXO INDUSTRIAL ILUSTRA O COMPROMISSO DA REPSOL COM SINES E EM LIDERAR A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA, PROMOVENDO A ECONOMIA CIRCULAR. O PROJETO FAZ PARTE DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL DA COMPANHIA. ESTAMOS A TRANSFORMAR OS NOSSOS COMPLEXOS INDUSTRIAIS EM CENTROS MULTIENERGÉTICOS, DE FORMA A REVOLUCIONAR O SETOR INDUSTRIAL E CRIAR EMPREGO DE QUALIDADE”

SALVADOR RUIZ
Diretor-geral da Repsol Polímeros

A Agência do Ambiente de Portugal concedeu, em março, o parecer favorável à expansão da Repsol em Sines. A emissão da Declaração de Impacto Ambiental (DIA) para expansão da área foi muito esperada pela companhia, que considerou “um dos marcos mais esperados”, uma vez que “permite avançar para uma nova etapa do projeto de expansão”, realçou o diretor do projeto Alba, Juan Lorenzo Boix Arenas.

“Estamos a dar mais um passo rumo à descarbonização da Repsol e consequentemente da economia portuguesa”, declarou Juan, afirmando que a proposta possibilitará aumentar as exportações e diminuir as importações da companhia.

Quando concluído, o projeto Alba vai permitir “o fornecimento de proximidade de polímeros de alto valor acrescentado a um amplo leque de clusters nacionais exportadores, desde os componentes automóveis aos dispositivos médicos, passando pelos produtos alimentares”, frisou.

No comunicado, o diretor do projeto realçou ainda a “colaboração das autoridades nacionais e locais” que “tem sido fundamental” no processo de licenciamento e indicou que as obras de expansão devem começar “em breve”.

As duas fábricas vão utilizar as tecnologias Univation Unipol PE e Spherizone, da LyondellBasell Industries, que permitem transformar o etileno em polietileno de alta densidade (usado em tubagens, embalagens de plástico para higiene ou produtos alimentares ou películas) ou em polietileno de baixa densidade (usado em espumas e cabos elétricos).

Com este aproveitamento, a Repsol Polímeros espera aumentar a sua produção para até 850 mil toneladas por ano, sendo que 310 mil deverão ser exportadas através do Porto de Sines; 220.000 toneladas para Espanha; 220.000 toneladas para o restante da Europa e 100.000 toneladas deverão ser utilizadas em Portugal.

NACIONAL – SANTOS EXPORT 15 E 16 DE MAIO – BLUS MED CONVENTION CENTER – SANTOS – SP

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

SANTOS EXPORT
FÓRUM REGIONAL DE LOGÍSTICA, INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES

15 e 16 de maio
Blue Med Convention Center - Santos - SP

#confirmados

InfraJUR
Encontro Nacional de Direito de Logística, Infraestrutura e Transportes

InfraJUR - Encontro Nacional de Direito de Logística, Infraestrutura e Transportes

Benjamin Zymler
Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU)

Douglas Alencar Rodrigues
Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Celso Ricardo Peel Furtado de Oliveira
Desembargador do TRT/SP e Presidente do Conselho Jurídico CEBE

Transmissão ao vivo e gratuita pelo Portal BE News

BE NEWS

Saiba mais em: forumbrasilexport.com.br

PATROCÍNIO

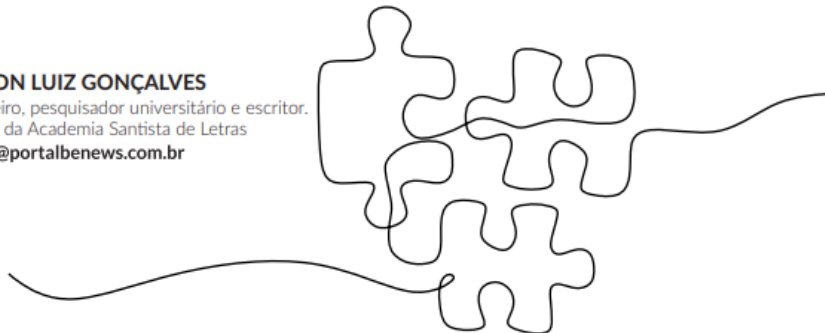
APOIO INSTITUCIONAL

Logos of sponsors and institutional support including ASIP, ABTRA, AIRMOTA, Brasil, ControlNav, CNT, DP WORLD, ECOPOSITIVA, Elderado, PORTO DE SANTOS, GALLOTTI, GreenPort, Hydro, IPORT, Jan De Nul, KINCAID, MARIMEX, Minskaya-Ezerovsk, OOO, msc, PORTO DE SANTOS, PORTAGEM DO BRASIL, PRATICAGEM THE GROUP, RELIANCE, rume, SAMMARCO, SANTOS BRISA, SINDISAN, SOPEER, SUZONO, TEG TEBE TEG, TEGAL, TRAMBARA, Ultracargo, Unimarc, VLI, Una, and BE NEWS.

OPINIÃO – ARTIGOS - NUMA DEMOCRACIA UTÓPICA



ADILSON LUIZ GONÇALVES
Engenheiro, pesquisador universitário e escritor.
Membro da Academia Santista de Letras
opinioao@portalbenews.com.br



Art. 1º [...] Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. (Constituição Federal, 1988)

Atualmente, os membros dos poderes Legislativo e Executivo são eleitos pelo povo, com mandatos de quatro ou oito anos. Quanto aos ministros do STF, eles são indicados pelo Executivo e sua aprovação depende do Legislativo, podendo permanecer na função até os 75 anos de idade.

É possível afirmar que, nessas condições, há independência do Poder Judiciário? Ou que um ministro do STF terá isenção para julgar quem o indicou ou aprovou?

O fato é que a relação entre os poderes tem sido frágil, prejudicada por arcabouço legal profuso e confuso e, também, personalismos. Ora há literalidade, ora interpretações; sentenças são exaradas e revogadas quase que de imediato; incontáveis recursos fazem processos durarem anos, enquanto outros tramitam com surpreendente rapidez.

Essa instabilidade jurídica, que inclui reformulações de entendimentos monocráticos ou do plenário, tem gerado querelas entre os Três Poderes, cada um com sua parcela de culpa, o que faz questionar se essa relação é, de fato, harmônica.

O STF é o guardião da Constituição! Mas, a Constituição, em sua essência, é plenamente justa, moral e ética, ou simplesmente reflete a percepção ou intencionalidade do momento em que foi produzida?

Caberia uma nova Assembleia Constituinte? Há interesse em revisar o código jurídico nacional, tornando-o mais ágil e inibidor da criminalidade? É possível reorganizar o País, antes que a desorganização institucional e o crime organizado, com suas várias vertentes, predominem, imunes e/ou impunes?

Esse cenário é preocupante.

Mas, suponhamos uma sociedade utópica, na qual teríamos, de fato, o poder emanando do povo e em seu nome sendo exercido.

Inicialmente, os eleitos deveriam assumir responsabilidade formal por suas promessas de campanha, sendo “demitidos” em caso de seu flagrante descumprimento. O TSE poderia promover um “recall” anual, por meio digital.

No caso do Poder Judiciário, seria muito difícil repetir o que ocorre com o Legislativo e o Executivo (eleições municipais e estaduais). Mas, ao menos no caso do STF, poderia haver candidatos entre juizes de carreira, no mínimo em nível de segunda instância, eleitos por sufrágio universal, com

mandatos de 8 anos. Essa limitação não seria um problema, pois o STF conta com uma numerosa equipe de servidores concursados à sua disposição.

Isso, sim, daria alguma independência ao Poder Judiciário!

Além disso, algumas decisões de impacto amplo na sociedade deveriam ser objeto de plebiscito, não de definição pelo Congresso Nacional ou pelo STF. É o caso da contribuição assistencial – que interessa aos quase 11 mil sindicatos existentes no País – e a regulação das redes sociais, por exemplo, sem a desculpa da “omissão legislativa”. Enfim, o Brasil flerta e briga com a democracia desde os tempos da monarquia.

Não é diferente em outros países que se dizem democráticos, pois nem sempre o que é legal é justo, ético ou moralmente aceitável. Isso depende do entendimento ou da intencionalidade de quem legisla, executa e julga.

O relacionamento precisa ser harmônico, mas “cada um no seu quadrado”.

A democracia brasileira ainda é jovem, pode e deve ser aprimorada. O problema é saber se quem é eleito exercerá o poder em nome do povo, ou, contrariando discursos de campanha e retórica de púlpitos, o fará apenas em nome de interesses político-partidários ou próprios.

A RELAÇÃO ENTRE OS PODERES TEM SIDO FRÁGIL, PREJUDICADA POR ARCABOUÇO LEGAL PROFUSO E CONFUSO E, TAMBÉM, PERSONALISMOS. ORA HÁ LITERALIDADE, ORA INTERPRETAÇÕES; SENTENÇAS SÃO EXARADAS E REVOGADAS QUASE QUE DE IMEDIATO; INCONTÁVEIS RECURSOS FAZEM PROCESSOS DURAREM ANOS, ENQUANTO OUTROS TRAMITAM COM SURPREENDENTE RAPIDEZ.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/05/2023

REGIÃO SUDESTE - PORTO DE AÇU RECEBE PRIMEIRA EMBARCAÇÃO COM COMBUSTÍVEL GNL

MV Ubuntu Loyalty, da Anglo American, atracou no terminal da Ferroport e segue viagem à China
Por Cássio Lyra redacao@portalbenews.com.br



Com destino final à China, o navio bicombustível Ubuntu Loyalty recebeu o carregamento de 175 mil toneladas de minério de ferro do Minas-Rio Crédito: Divulgação/Leonardo Berenger/Ferroport

O Porto de Açu, em São João da Barra, no Rio de Janeiro, recebeu nesta semana o primeiro navio que utiliza Gás Natural Liquefeito (GNL) como combustível. O MV Ubuntu Loyalty, da Anglo American, atracou no terminal portuário de minério de ferro administrado pela Ferroport. Trata-se da primeira embarcação a GNL a atracar no Brasil.

Com destino final à China, o navio bicombustível Ubuntu Loyalty recebeu o carregamento de 175 mil toneladas de minério de ferro do Minas-Rio. A operação no porto foi conduzida pela Ferroport, joint-venture formada entre a Anglo American e a Prumo Logística.

Segundo estudos da mineradora, o uso do GNL proporciona uma redução estimada de 35% nas emissões de gases do efeito estufa, em comparação com as embarcações movidas a combustível marítimo convencional.

Ao todo, a frota Ubuntu da Anglo American, que foi projetada a partir de 2019, é composta por dez navios, com seis já em operação pelo mundo.

“Essa inovação é um marco para todo o Grupo Anglo American e dialoga diretamente com o nosso Plano de Mineração Sustentável, que visa, entre seus vários objetivos, a neutralidade em carbono até 2040, levando em conta as emissões diretas do negócio e combustíveis consumidos”, explica Wilfred Bruijn, CEO da Anglo American no Brasil.

O terminal de minério foi o primeiro a entrar em operação no empreendimento portuário do Açú. De acordo com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), é o quarto Terminal de Uso Privado (TUP) em movimentação de minério de ferro no Brasil. Com 20,5 metros de profundidade em seus berços de atracação, Porto do Açú pode receber navios do tipo Panamax e Capesize, com capacidade para até 220 mil toneladas.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 08/05/2023

REGIÃO NORDESTE - EMPRESA LANÇA PEDRA FUNDAMENTAL DA USINA TERMELÉTRICA QUE SERÁ INSTALADA NA ZPE CEARÁ

Investimento é de R\$ 4,7 bilhões e deve gerar 1,7 mil empregos na fase de construção

Por **VANESSA PIMENTEL** vanessa@portalbenews.com.br



A cerimônia contou com a presença do governador Elmano de Freitas (PT), que destacou o compromisso de expandir a infraestrutura do Porto do Pecém
Crédito: Divulgação/Governo do Ceará

A empresa Ceiba Energy (Portocem) lançou ontem a pedra fundamental da Usina

Termelétrica Portocem, que será construída na Zona de Processamento de Exportação do Ceará (ZPE Ceará), com previsão de começar a operar em julho de 2026.

O empreendimento terá capacidade de 1.572 MW e é o segundo maior investimento privado no Ceará, contabilizando R\$ 4,7 bilhões. Durante a fase de construção, a expectativa é que 1,7 mil empregos sejam gerados.

A cerimônia contou com a presença do governador do Estado, Elmano de Freitas (PT). Em sua fala, Elmano destacou o compromisso de expandir a infraestrutura do Porto do Pecém para que ele possa atender as demandas que se apresentarão, entre elas, a produção de gás.

O governador ressaltou ainda a importância de dar continuidade aos projetos de desenvolvimento do Ceará e o papel de destaque do Estado no relacionamento com os investidores.

A usina vai proporcionar mais segurança ao Sistema Interligado Nacional (SIN), já que irá operar nos momentos de baixo nível d'água nos reservatórios das hidrelétricas, baixa velocidade de ventos (que prejudica a geração eólica) e baixa intensidade de sol (geração fotovoltaica).



“O mundo está sofrendo uma profunda transformação da produção de mercadorias que passa pela matriz energética. Aqueles que protagonizaram a mudança da matriz energética para a nossa energia de menor carbono serão as mercadorias que irão ganhar o mercado do mundo”, declarou Elmano.

Em sua visão, “essa é a janela para o Ceará, de termos condição de aproveitarmos a transição energética, não apenas para termos exportação de matéria-prima, mas para termos no Ceará a atração de planos industriais”, pontuou.

Segundo ele, é preciso que a reindustrialização do Brasil seja verde e implantada no Nordeste do país.

A termelétrica receberá gás natural de uma Unidade Flutuante de Armazenamento e Regaseificação (FSRU) que será afretada pela Portocem e ficará permanentemente atracada dentro da área abrigada do Porto do Pecém.

Consórcio

Para a implantação da usina, a Portocem assinou em fevereiro um contrato de engenharia, aquisição e construção (EPC) com um consórcio formado pela Consag e Mitsubishi Power.

A Mitsubishi Power ficará responsável pelo fornecimento das turbinas a gás, enquanto a Consag será responsável pelo desenvolvimento dos projetos básico, executivo e obras civis, além de ser responsável pela implantação da linha de transmissão e subestações.

Composta por quatro turbinas geradoras em ciclo simples, que são movidas a gás natural, a UTE Portocem terá uma linha de transmissão de 8 km que conectará a usina ao SIN, através da Subestação Pecém 2.

O projeto será a primeira usina termelétrica a gás natural do Brasil instalada numa zona de processamento de exportação.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/05/2023

NACIONAL - RIO RECEBE CONFERÊNCIA NACIONAL DE DIREITO MARÍTIMO E PORTUÁRIO NO FIM DESTE MÊS

Organizado pela OAB Nacional e da seção do Rio de Janeiro, evento será realizado nos dias 29 e 30
Por Cássio Lyra redacao@portalbenews.com.br

Um dos temas em pauta na conferência diz respeito aos modelos de exploração e as novas perspectivas para o Brasil no setor portuário Crédito: Divulgação

Nos próximos dias 29 e 30 deste mês será realizado, no Rio de Janeiro, a Conferência Nacional de Direito Marítimo e Portuário, organizada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) nacional e da seção do Rio de Janeiro. O evento reunirá profissionais da indústria marítima e portuária, com a finalidade de estimular a troca entre diversos players e stakeholders que movimentam a economia do mar.

O objetivo do evento é criar um diálogo entre o ponto de vista da indústria, autoridades, representantes e especialistas da academia e do Poder Judiciário para compartilhar suas ideias e soluções para os desafios enfrentados pela indústria marítima atualmente, passando por: infraestrutura marítima, navegação de cabotagem, apoio marítimo e interior, portos e terminais, direito do trabalho marítimo, ESG, arbitragem marítima, dentre outros.

A conferência vai ser sediada no hotel Fairmont Rio, em frente à orla de Copacabana. A programação já foi definida no site oficial do evento, onde serão debatidos os seguintes temas:

- Portos: modelos de exploração e as novas perspectivas para o Brasil.
- BR do Mar – Regulação na teoria e prática.
- Descomissionamento das plataformas e unidades offshore: desafios da regulamentação.
- A Logística Offshore – perspectivas e desafios.
- Relações de Trabalho: o trabalho portuário avulso e vinculado e o trabalho marítimo.
- Construção Naval: Sustentabilidade/Agenda IMO 2030 “Qual o futuro da frota descarbonizada?”
- O Direito Marítimo e Portuário e a especialização do judiciário (Varas e Câmaras Especializadas).
- Tendências da Arbitragem Marítima e Portuária no Brasil e no Exterior.
- O impacto do ESG na indústria marítima.

A Conferência Nacional de Direito Marítimo e Portuário tem a organização de Ingrid Zanella Andrade Campos, presidente da Comissão Especial de Direito Marítimo e Portuário do Conselho Federal da OAB e vice-presidente da OAB-PE, e de Godofredo Mendes Vianna, presidente da Comissão de Direito Marítimo, Portuário e do Mar da OAB/RJ.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/05/2023



**O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP
LOCALFRIO INVESTE CERCA DE R\$ 500 MIL PARA FOMENTAR PROJETOS DE
EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES, INCLUSÃO social e sustentabilidade**

Informações: Jornal Dia Dia (8 de maio de 2023)

A Localfrio, uma das maiores empresas de logística integrada do país, anuncia investimento de cerca de R\$ 500 mil para fomentar projetos de educação, cultura, esportes, inclusão social e sustentabilidade.

As iniciativas estão programadas para São Paulo, Santa Catarina e Pernambuco, locais onde a companhia atua. Novos aportes estão previstos ao longo dos próximos meses para beneficiar mais pessoas e programas.

“Acreditamos que o incentivo a essas iniciativas é um passo fundamental para o desenvolvimento da sociedade. Projetos que possam contribuir para a melhoria da educação, preservação dos recursos naturais, inclusão social, cultura e sustentabilidade estão no nosso radar. Estamos investindo quase meio milhão e pretendemos investir mais ao longo deste ano e nos próximos como parte de nosso planejamento estratégico de gerar cada vez mais valor às comunidades onde atuamos”, explica Rodrigo Casado, CEO e presidente da Localfrio.

Companhia investe em corridas de rua, peças teatrais, contação de histórias e qualificação de jovens

Em São Paulo a Localfrio firmou um acordo de patrocínio para duas etapas da Corrida e Caminhada pela Inclusão Olga Kos.

Um dos focos do evento é a inserção de pessoas com e sem deficiência e em situação de vulnerabilidade social. Cada etapa atrai cerca de 15 mil participantes.



Já em Santos, no litoral paulista, a companhia também é apoiadora da corrida 10 km da Tribuna FM, promovido pelo grupo de comunicação A Tribuna de Santos.

A edição deste ano será realizada em 21 de maio, contando com a participação de cerca de 20 mil atletas.

“Não entramos apenas com o aporte financeiro. Destinamos inscrições dessas provas aos nossos funcionários, incentivando-os à prática esportiva. É uma forma de mostrarmos a eles como o esporte pode trazer benefícios para a vida pessoal e profissional”, conta Hyria Souza, gerente-executiva de Gente e Gestão da Localfrio.

Ainda na Baixada Santista, no Guarujá, outros dois projetos teatrais serão patrocinados pela Localfrio. A peça “Acabou a água do mundo, e agora?” aborda a importância da água e seu consumo consciente. Todas as apresentações serão gratuitas e abertas à população local.

Outra atração programada para o município é a Transformação Teatro e Conscientização Ambiental, peça que tem como objetivo a conscientização ambiental, higiene, organização de lixo e informações sobre o vírus covid.

Toda a apresentação é feita de forma lúdica e divertida. Foram programadas 44 exposições em escolas públicas, instituições carentes e espaços culturais públicos.

Em Itajaí (SC) a companhia decidiu apoiar o projeto Quem São Elas? – Protagonismo Feminino. A iniciativa pretende trazer histórias de protagonismo de personagens femininas.

A ação almeja despertar a confiança, o empoderamento e a busca dos sonhos do público infantil e da comunidade por meio da literatura e da arte de contar histórias.

A companhia também é incentivadora do projeto Adolescentes e Jovens Empreendedores (CMDCA/GG), em Glória do Goitá (PE).

O programa, que conta com aulas de administração, educação financeira, ambiental e cultural, liderança e comunicação, busca formar crianças e adolescentes em comunidades periféricas do nordeste brasileiro.

“Estar presente de forma mais direta nas nossas cidades de atuação é extremamente importante para o desenvolvimento, tanto da companhia como da comunidade local. Buscamos ter uma relação de parceria e apoio com quem mais precisa. Essa pluralidade e a empatia são pilares fundamentais para a organização”, conclui Rodrigo Casado, da Localfrio.

A Localfrio é a única empresa do setor com terminais alfandegados localizados nos principais hubs marítimos de comércio exterior no país (Santos, Suape e Itajaí).

A companhia se destaca ainda por ser dona do único terminal alfandegado frigorificado do Porto de Santos.

A companhia é um dos maiores operadores logísticos de produtos químicos do país e, no porto de Suape, detém a liderança de cargas de projeto para grandes parques eólicos do Norte e Nordeste.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 08/05/2023

GOVERNO REDUZ EM 56% PREÇO DE TAXA DE VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA PARA TRANSPORTE DE CARGA E DE PASSAGEIROS

Informações: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (8 de maio de 2023)



Foi publicada nesta quinta-feira (4/5) a Lei nº 14.565/23, que reduz em mais de 56% o valor da taxa cobrada para a fiscalização de cronotacógrafos – instrumentos que registram velocidade e distância percorrida do veículo –, beneficiando milhões de caminhoneiros e empresas de transporte de passageiros em todo o país.

O valor das verificações subsequentes, ou seja, aquelas realizadas a cada dois anos, depois que o equipamento já está em uso, passou de R\$ 207,40 para R\$ 90,09.

“Agora é lei: caminhoneiros vão pagar o valor reduzido na taxa de fiscalização e saberão que essa é uma conquista definitiva, que não haverá recuos. Isso traz previsibilidade e segurança para esses profissionais tão importantes para fazer a roda da economia girar”, explicou o presidente do Inmetro, Márcio André Britto. O Inmetro é o órgão vinculado ao MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços) responsável pelas verificações obrigatórias.

A lei também vale para transporte de passageiros em veículos com mais de dez lugares.

A redução tinha sido objeto de uma Medida Provisória em dezembro de 2022, que pôde ser convertida em lei depois de ter passado por correções. “Enviamos uma nota técnica ao relator fazendo correções na Medida Provisória, o que permitiu a aprovação do texto”, explicou Britto.

Cronotacógrafos — Esses instrumentos são destinados a indicar e registrar, de forma simultânea, inalterável e instantânea, a velocidade e a distância percorrida pelo caminhão, em função do tempo decorrido, assim como os parâmetros relacionados com o condutor do veículo, tais como: o tempo de trabalho; período de parada e de direção.

A verificação dos cronotacógrafos tem como principal objetivo assegurar que as medições realizadas por esses instrumentos sejam confiáveis, de acordo com os requisitos estabelecidos pelo Inmetro, servindo como importante ferramenta de segurança nas estradas.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 08/05/2023

SECRETARIA DE PORTOS, AEROPORTOS E FERROVIAS É APRESENTADA EM SEMINÁRIO DE DIREITO DO TRABALHO PORTUÁRIO

Informações: Informativo dos Portos (8 de maio de 2023)

A importância e os desafios da Secretaria de Portos, Aeroportos e Ferrovias foram apresentados durante o Seminário de Direito do Trabalho Portuário, realizado nesta sexta-feira, em Imbituba. A pasta é uma das novidades da gestão do governador Jorginho Mello e apresenta um modelo único no país, valorizando o setor logístico.

O secretário Beto Martins representou o Governo de SC no evento, que teve palestrantes como os ministros do Alexandre Luiz Ramos e Guilherme Caputo Bastos, o desembargador do TST, Celso Peel Furtado de Oliveira, o presidente do Porto de Imbituba, Luís Antônio Braga Martins, e o diretor executivo do OGMO Imbituba, Gilberto Barreto da Costa Pereira.

“Santa Catarina é um estado diferenciado no setor logístico. O governador Jorginho Mello deu um olhar diferenciado para o setor e criou a única Secretaria de Estado do Brasil para tratar estrategicamente de portos, aeroportos e ferrovias”, revelou em sua palestra, o secretário Beto Martins.

O gestor apresentou um panorama geral sobre os seis portos, 21 aeroportos e duas ferrovias existentes no estado, sobre a movimentação de cargas e passageiros e também sobre os desafios da pasta.

“Temos uma série de investimentos públicos e privados que nos dão uma excelente expectativa para o desenvolvimento futuro do estado. O trabalho da secretaria é dar o suporte e apoio necessário para que os projetos se desenvolvam”, conclui Martins.



O Seminário de Direito do Trabalho Portuário foi realizado pela OGMO Imbituba, com coorganização da SCPAR Porto de Imbituba e apoio institucional da FENOP.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 08/05/2023

COMITÊ DA ABDM E UNISANTA SE REÚNEM PARA PLANEJAR VI CONGRESSO DE DIREITO MARÍTIMO

Informações: Santaportal (8 de maio de 2023)

O VI Congresso Brasileiro de Direito Marítimo e Portuário da ABDM acontecerá nos dias 17 e 18 de agosto. Nesta sexta-feira (5), o Comitê da Associação Brasileira de Direito Marítimo e Portuário (ABDM), se reuniu com a Universidade Santa Cecília (Unisantia) para planejar a edição deste ano.

Pelo terceiro ano consecutivo, o Sistema Santa Cecília de Comunicação é parceiro da ABDM na organização do congresso e sediou a reunião desta sexta-feira. Estiveram presentes na conversa o Diretor Geral do Sistema Santa Cecília de Comunicação, Marcelo Teixeira Filho, o Presidente da Associação Brasileira de Direito Marítimo Portuário (ABDM), Marcelo Sammarco, a Professora de Direito Marítimo e Portuário e de Direito Internacional do curso de Direito da Universidade Santa Cecília, Cristina Gontijo e o Desembargador do Tribunal de Justiça de SP (TJSP) e Diretor do curso de Direito da Unisantia, Fernando Akaoui.

Sammarco destacou a grande interação entre a Autoridade Marítima Portuária e as autoridades do segmento e ressaltou a parceria com o Sistema Santa Cecília de Comunicação.

“Através do congresso, tivemos uma grande interação entre a autoridade marítima portuária e autoridades do segmento, envolvendo também a academia e ressaltando também a importância e a presença do Santa Cecília nesse evento como um parceiro nosso e a cada ano isso vai aumentando e vai ganhando mais força”, explicou Marcelo Sammarco.

Para a professora Cristina Gontijo, o congresso é um elo importante entre a ABDM e os alunos de graduação e pós-graduação. Além disso, comentou também sobre o possível posicionamento do Brasil no cenário geopolítico mundial.

“Muitas mudanças aconteceram de um ano para cá e tenho certeza que a pauta de importações e exportações será muito discutida até por conta da questão do Brasil, no cenário geopolítico mundial quem vem sendo muito discutido. De qual lado o Brasil vai ficar, quais as tratativas que vai tomar daqui para frente com outros países. Além de fazer a interface, sem esquecer de mencionar a academia. O elo desse congresso com a academia, os alunos, preparando os alunos na graduação com os da pós-graduação para essa nova realidade, para o mercado de trabalho marítimo e portuário”, disse Cristina.

Os estudantes também foram citados pelo diretor do curso de Direito da Unisantia, Fernando Akaoui. Segundo o desembargador, esse congresso vai agregar conhecimento para os alunos que pretendem entrar no mercado de trabalho.

“Esse congresso reúne algumas das maiores autoridades do setor. Tanto na área jurídica quanto na área técnica que vão debater temas de extrema relevância para o presente e para o futuro dos portos brasileiros. Para o estudante é sempre uma oportunidade de crescimento acadêmico e agregar conhecimento para se direcionar para o mercado de trabalho. E para os que já estão inseridos, é a oportunidade de discutir com as autoridades mais relevantes do setor, temas extremamente sensíveis, atuais e que vão poder direcionar ações e outras com aqueles que já estão trabalhando no setor”, completou Akaoui.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 08/05/2023



EMAP APRESENTA OPORTUNIDADES NO EVENTO MARANHÃO DE NEGÓCIOS

Informações: Porto do Itaqui (8 de maio de 2023)

A EMAP – Empresa Maranhense de Administração Portuária marcou presença, nesta quinta-feira, 04, no evento Maranhão de Negócios – O Futuro começa agora, que reuniu representantes do poder público nas esferas estadual e municipal e a classe empresarial durante todo o dia, no Blue Tree Towers São Luís, Calhau. O diretor de Administração e Finanças, Artur Costa, apresentou projetos em andamento e oportunidades para empresas locais na área portuária.

Promovido pela Associação Comercial do Maranhão, o evento foi realizado com o objetivo de proporcionar, ao empresariado local, conhecimento amplo dos investimentos previstos para o Maranhão nos próximos anos, bem como a identificação de segmentos econômicos com potencial de crescimento no estado. A ideia é, segundo a organização, promover a preparação de empreendedores locais para que possam aproveitar as oportunidades advindas desses investimentos, estimulando o crescimento e a competitividade das empresas locais e da própria economia estadual.

“Este é um evento muito importante, que reúne a classe empresarial do Maranhão juntamente com órgãos do poder público e é uma oportunidade para empresários conhecerem programas e ações da iniciativa pública voltados ao fomento de geração de emprego e desenvolvimento. Importante lembrar que o poder público oferece as bases, as condições para que a iniciativa privada possa desenvolver suas ações, mas quem gera emprego não é o setor público, mas o empresariado”, afirmou Artur Costa.

Em sua apresentação, o diretor da EMAP mostrou as potencialidades e resultados do Porto do Itaqui nos últimos anos, bem como investimentos e projetos de expansão em pequeno e médio prazos. Projetos esses que demandam produtos e serviços e que, portanto, são oportunidades para empresas locais. Ele chamou a atenção para as exigências legais nos editais da EMAP, voltadas principalmente à adesão de boas práticas nas áreas de meio ambiente, saúde e segurança, além de regras de compliance.

Todas as contratações da EMAP, ressalvados os casos de dispensa e de inexigibilidade, são realizadas por meio de licitações públicas, conduzidas pela Comissão Setorial de Licitação ou por Pregoeiro, conforme o caso, de acordo com a Lei nº 13.303/2016 (fornecimentos, serviços e obras de engenharia). Todos os editais são disponibilizados no link: www.portodoitaqui.com/transparencia/licitacoes e para saber mais sobre o assunto, basta entrar em contato com a Comissão Setorial de Licitação pelo e-mail csi@emap.ma.gov.br ou por telefone: 98 3216-6533/6531.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 08/05/2023



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

PETROBRAS, EQUINOR E REPSOL SINOPEC VÃO INVESTIR US\$ 9 BILHÕES NO BM-C-33

Projeto, onde está a descoberta de Pão de Açúcar, tem capacidade de exportação de gás de 16 Mm3/d, o equivalente a 15% da demanda brasileira

Por epbr 8 de maio de 2023 Em Mercado de gás, Petróleo e gás



Jean Paul Prates, Presidente da Petrobras, Veronica Coelho, Presidente da Equinor Brasil, Alejandro Ponce, Presidente da Repsol Sinopec Brasil, e Thiago Penna, Diretor do Projeto BM-C-33 na Equinor. (Photo: Aline Massuca / Equinor)

RIO — A Petrobras, Equinor e a Repsol Sinopec anunciaram nesta segunda-feira (8/5) a decisão final de investimento no projeto do bloco exploratório BM-C-33, em águas profundas da Bacia de Campos. O projeto, onde está a descoberta de Pão de Açúcar, vai

demandar US\$ 9 bilhões em investimentos e extrair reservas de óleo e gás acima de 1 bilhão de barris de óleo equivalente (boe).

O FPSO que será contratado para Pão de Açúcar será projetado para produzir 16 milhões de m³/dia de gás natural e a ideia é interligar o futuro campo ao Terminal de Cabiúnas, em Macaé, região Norte do Rio de Janeiro. Esse volume pode representar 15% da demanda brasileira de gás na partida.

A Equinor opera a área do BM-C-33, onde tem 35% de participação, desde dezembro de 2016. A empresa tem como sócias no projeto a Repsol Sinopec (35%) e a Petrobras (30%). O início da produção está previsto ocorrer em 2028. Veja a ficha no projeto no final da matéria.

“A decisão final de investimento do BM-C-33 é um marco importante para os parceiros e para a Equinor. Juntamente com os parceiros e fornecedores, desenvolvemos um projeto significativo que irá fornecer ao Brasil energia para satisfazer as suas crescentes necessidades energéticas e criar valor para os proprietários e para a sociedade, contribuindo para o desenvolvimento industrial local. O Brasil é uma das principais áreas da Equinor e o investimento no BM-C-33 enfatiza a importância estratégica do nosso portfólio brasileiro”, afirma Geir Tunesvik, vice-presidente executivo de Projetos da Equinor.

“A Decisão Final de Investimento (FID) do BM-C-33 é um marco em nossa trajetória de 25 anos no país, reforçando o papel estratégico do Brasil nas atividades globais da Repsol e da Sinopec. O campo será uma importante fonte de gás para o mercado interno, ajudando a viabilizar uma transição ordenada para um futuro de baixas emissões. É o momento certo, para o projeto certo”, diz Alejandro Ponce, CEO da Repsol Sinopec.

No bloco foram realizadas três descobertas no pré-sal: Seat (2010), Gávea (2011) e uma grande descoberta de gás e condensado no prospecto Pão de Açúcar, anunciada em 2012, onde são estimados 1 bilhão de barris equivalentes.

Módulo inovador na plataforma

A produção em Pão de Açúcar, descoberta no BM-C-33, pré-sal da Bacia de Campos, e operada pela Equinor Brasil (35%), terá um sistema inédito de tratamento de gás natural instalado no topside da própria plataforma de produção.

Foi a solução encontrada para lidar com o grande potencial de produção de gás natural associado no ativo.

“Essa solução, de fazer o processamento do gás natural em cima da plataforma, é inédita e inovadora do ponto de vista tecnológico. E sua aplicação foi muito importante para dar robustez econômica para o nosso projeto”, explicou Verônica Coelho, presidente da Equinor Brasil, durante a gas week 2021.

Ficha do projeto:

- Parceiros: Equinor 35% (operadora), Repsol Sinopec Brasil 35%, Petrobras 30%
- As descobertas foram feitas pela Repsol Sinopec em 2010



- A Equinor tornou-se a operadora em 2016
- O bloco está localizado no pré-sal da Bacia de Campos, no Brasil
- A licença está localizada a aproximadamente 200 km da costa, em profundidades de água de até 2.900 m
- Contém gás natural recuperável e óleo/condensado acima de 1 bilhão de boe
- A capacidade de exportação de gás é de 16 Mm³/d. Pode representar 15% da demanda brasileira de gás na partida
- A capacidade do FPSO é de aproximadamente 126.000 bpd
- Produção prevista para 2028

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 08/05/2023

SILVEIRA DEFENDE JUDICIALIZAÇÃO E DIZ QUE PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS ACONTECEU EM “OUTRO GOVERNO E CONTEXTO”

Ministro de Minas e Energia afirma que reverter desestatização não está na pauta, mas que assunto pode vir a ser rediscutido

Por epbr 8 de maio de 2023 Em Congresso, Judiciário, Setor elétrico

RIO — O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD), afirmou nesta segunda (8/5) que o Congresso foi soberano, mas que a decisão sobre a privatização da Eletrobras se deu em “outro momento, governo e contexto” e que o atual governo tem, sim, o direito de buscar, na Justiça, ampliar o poder na companhia. Ele disse, ainda, que reverter a desestatização não está na pauta, mas que o assunto pode vir a ser rediscutido.

Na sexta (5/5), a Advocacia-Geral da União (AGU) entrou com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para tentar derrubar os termos da privatização da Eletrobras que limitaram a influência da União na gestão da companhia. O foco está no trecho da lei da desestatização que proíbe que acionistas exerçam poder de voto maior que 10% da quantidade de ações — mesmo a União tendo, direta e indiretamente, 42,61% das ações com direito a voto.

A declaração de Silveira ocorre um dia após o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP/AL), dizer que “essas questões de reverter privatização preocupam”. Segundo ele, a votação da desestatização “foi uma matéria muito debatida no Congresso”.

“Você pode não propor mais nenhuma privatização, mas mudar um quadro que já está jogado e definido, e com muitos grupos, muitos países investindo, é realmente causa ao Brasil uma preocupação muito forte”, disse Lira, em entrevista à CNN.

Também em entrevista à CNN, Silveira afirmou que o modelo da privatização foi “completamente desequilibrado” e que a União busca, no STF, “restabelecer seus deveres políticos” na gestão da empresa — que, segundo o ministro, é estratégica para a segurança energética e modicidade tarifária no país.

Governo quer, no mínimo, quatro membros no conselho

Silveira defendeu que, com base na participação detida pela União na empresa, o governo tenha o direito a, no mínimo, quatro representantes no Conselho de Administração (CA) da Eletrobras. Hoje, com o poder de voto limitado, a União consegue, na prática, eleger um representante.

“O Congresso Nacional foi soberano quando decidiu em outro momento, em outro governo e outro contexto privatizar a Eletrobras. Mas é inadmissível que, na Eletrobras, o governo brasileiro, a população brasileira tenha 43% de ações da Eletrobras e só tenha um poder votante de até 10%. Então é pacífico dentro do governo, sim, que tenhamos o direito de buscar no Judiciário a discussão sobre a participação do governo na Eletrobras”, afirmou.

Silveira reforçou que a discussão, no mérito, da privatização em si não está na pauta neste momento.

“O que não impede que continuemos as discussões no governo sobre a possibilidade de se discutir juridicamente até mesmo a privatização”, ponderou.

No sábado (6/5), o presidente Lula sinalizou que pode vir a entrar com novos questionamentos sobre a privatização da Eletrobras.

“Eu não entrei contra a privatização da Eletrobras, eu ainda pretendo entrar”, afirmou Lula ao ser questionado sobre o tema durante coletiva de imprensa em Londres.

Eletrobras rebate o governo

Nesta segunda (8/5), a Eletrobras rebateu a AGU, ao afirmar que o processo de desestatização “seguiu fielmente todo o trâmite legalmente previsto”. E informou que avaliará as medidas que eventualmente devam ser adotadas visando a manutenção de um “ambiente confiável para a realização de investimentos” e a “segurança jurídica de todos os seus acionistas e do mercado em geral”.

Em comunicado ao mercado, assinado pela vice-presidente Financeira e de Relações com Investidores da companhia, Elvira Cavalcanti Presta, a empresa defendeu que a judicialização contra os termos da privatização da empresa contraria as premissas legais e econômicas que embasaram as decisões de investimento do mercado – inclusive de milhares de trabalhadores titulares de contas do FGTS.

A Eletrobras destacou que o processo de desestatização foi conduzido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), deliberado pelo Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI) e foi “objeto de amplo debate e aprovação no Congresso Nacional, além de exame e validação prévios pelo Tribunal de Contas da União (TCU)”.

A empresa lembra que, à época, inclusive, foram ajuizadas quatro outras ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) questionando a lei 14.182/2021, que autoriza a desestatização da empresa, mas que não houve concessão de decisão liminar que de qualquer modo impactasse a consumação do processo de desestatização.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 08/05/2023

EQUINOR APROVA INVESTIMENTOS EM CAMPO DE GÁS NA BACIA DE CAMPOS

Nova capacidade de escoamento de gás natural pode superar 50 milhões de m³/dia até o fim da década

Por epbr 8 de maio de 2023 Em Comece seu Dia, Mercado de gás, Mercado offshore



Presidente da Equinor Brasil, Verônica Coelho (Foto: Alex Ferro/Divulgação)

A Equinor anunciou nesta segunda (8/5) a decisão final de investimento no BM-C-33, projeto no pré-sal da Bacia de Campos, onde foram feitas descobertas de gás natural, óleo e condensado.

— A expectativa é produzir 1 bilhão de barris de equivalentes de petróleo (boe), segundo a Petrobras.

— Início da produção prevista para 2028. O projeto prevê a contratação de uma plataforma (FPSO) com capacidade para 16 milhões de m³/dia de gás natural, e a previsão, segundo a Equinor, é de exportações de 14 milhões de m³/dia.



Rio. O gás natural será escoado para o terminal de Cabiúnas, em Macaé, e entregue à malha de transporte. Petrobras e Repsol Sinopec são sócias no BM-C-33. No caso da Repsol Sinopec, Equinor possui acordo para atuação conjunta na comercialização de gás natural.

— É um dos grandes projetos de elevação da oferta de gás natural. Os outros são da Petrobras: a conclusão do Rota 3, no Rio de Janeiro (2024), e águas profundas de Sergipe (2027).

— Com o BM-C-33, são mais de 50 milhões de m³/dia de nova capacidade de escoamento de gás natural até o fim da década.

Novas soluções. A futura FPSO do BM-C-33 contará com uma unidade de tratamento do gás natural, dispensando a necessidade de processamento adicional em terra. Também vai operar com unidades de geração de energia a gás natural, com turbinas a gás de ciclo combinado.

— Segundo a Equinor, a intensidade de emissões ao longo da vida do CM-C-33 será de até 6 kg de carbono por barril de óleo equivalente.

Lira e Eletrobras. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP/AL) afirmou que iniciativas do governo Lula de rever a privatização da Eletrobras causam uma preocupação “muito forte”. Isso porque com “muitos grupos, muitos países investindo”, o país não deveria tentar mudar o que está definido. Declarações à CNN no domingo (7/5), em Nova York.

A AGU entrou no STF para derrubar o teto de direito a voto. A União detém 43% das ações da Eletrobras, mas os termos da privatização limitam o exercício de votos a 10% por acionista. AGU nega que o intuito seja reestatizar a companhia. Mais em: Lula vai ao STF para tentar aumentar o poder do governo na Eletrobras. A íntegra (.pdf) da petição.

Terminal de GNL no Maranhão. Porto do Itaqui prepara licitação para atrair investimentos em um novo terminal de GNL no Nordeste. Ainda não há prazo para a concorrência. A Eneva tem interesse no projeto: produz gás natural nos campos do Parnaíba, integrados à geração de energia. A Dislub Equador também demonstrou interesse no projeto.

Na gas week: a lista de terminais de GNL em desenvolvimento não para de crescer. Três novos pontos de regaseificação estão previstos para este ano: Um giro pelos novos terminais de GNL do Brasil.

Shell trabalha com novos contratos de gás. Empresa está de olho em negócios no mercado spot e no desenvolvimento de master sales agreement (MSA), contratos guarda-chuva com parâmetros predefinidos e atendimento a demandas que precisam de maior flexibilidade no Brasil. (Valor).

Os fertilizantes nitrogenados – na agenda prioritária das políticas para o mercado de gás – são uma peça-chave do salto de produtividade na agropecuária brasileira. Mas é preciso colocar na conta as emissões de gases do efeito estufa. Do Diálogo Chino: Fertilizantes de nitrogênio são peça de dois gumes para o Brasil.

Os preços do petróleo voltam a subir, com Brent no mercado futuro negociado em alta de mais de 2%, acima dos US\$ 77 por barril. Ajuste após a queda acentuada na semana passada. O mercado se equilibra na corda bamba dos sinais de recessão – juros, despesas e atividade econômica, especialmente nos EUA e China.

SAF. Terceira maior companhia aérea dos Estados Unidos, a United planeja aumentar o seu consumo de combustível sustentável de aviação em 2023, para 10 milhões de galões (ou 37,8 milhões de litros) – o triplo de 2022 e 10 vezes mais que em 2019 (antes da pandemia): Do etanol às algas, United planeja triplicar uso de SAF.

Mercado de carbono. O que falta para o desenvolvimento do mercado – e as propostas do projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional. Artigo por Felipe Boechem, Guilherme Mota, Pedro Vargas e Gabriela Mello (epbr).

Light. Nelson Tanure vai propor aos acionistas da Light a injeção de R\$ 1 bilhão – além da troca de conselheiros e diretores da distribuidora fluminense, em crise. Ele assumiu mais de 10% das ações da companhia após aquisição de participação da gestora Blackrock (Estadão).

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 08/05/2023

EÓLICA, SOLAR E BIOGÁS UNEM FORÇAS PARA DESENVOLVER MERCADO BRASILEIRO DE HIDROGÊNIO

Fornamizada na última sexta (5/5) pela Abeeólica, Absolar, Abiogás e AHKRio, cooperação quer fortalecer a economia do hidrogênio produzido a partir de fontes renováveis

Por Millena Brasil 8 de maio de 2023 Em Biocombustíveis, Eólica, Hidrogênio, Solar

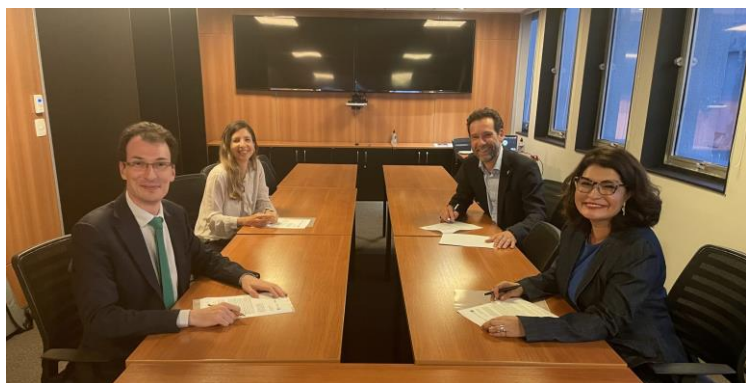


Foto: Divulgação

BRASÍLIA – Associações do setor de energias renováveis firmaram, na última sexta (5/5), acordo de cooperação para acelerar o desenvolvimento do mercado brasileiro de hidrogênio de baixo carbono.

O Pacto Brasileiro pelo Hidrogênio Renovável foi lançado pela Abeeólica, Absolar, Abiogás e Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha do Rio de

Janeiro (AHK Rio).

Um dos objetivos das entidades é fortalecer a economia do hidrogênio produzido a partir de fontes renováveis.

A coalizão mira a definição de um marco regulatório para aumentar a competitividade do combustível no Brasil e no exterior, além de disseminar as oportunidades do H2.

O documento também prevê projetos e atividades conjuntas para a evolução da cadeia de valor do hidrogênio no país, a fim de estimular investimentos e negócios internacionais.

Hidrogênio brasileiro

O Brasil tem um grande potencial de geração de energia solar, eólica e de biomassa, o que torna o cenário de produção de hidrogênio competitivo no país.

Segundo Elbia Gannoum, presidente da Abeeólica, o hidrogênio é uma solução para impulsionar a transição energética e descarbonizar setores que atualmente têm dificuldades em reduzir suas emissões de carbono.

“No contexto da transição energética justa e no processo de descarbonização, o hidrogênio surge como o combustível vetor da transição energética. Ele é cotado principalmente para descarbonizar setores que hoje são de difícil descarbonização, como é o caso do setor de transportes pesados, caminhões e navios, e o setor siderúrgico”.

Aposta em eólicas offshore

Para a presidente da Abeeólica, a energia eólica offshore é especialmente promissora, com projetos de grande escala em andamento no país.



Atualmente, os projetos de eólicas offshore no Brasil estão localizados próximos a portos que organizam hubs de hidrogênio. A costa brasileira possui um potencial de mais de 700 GW, de acordo com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

“É importante mencionar que o hidrogênio já é realidade no Brasil. Em janeiro deste ano a EDP Brasil inaugurou sua planta piloto de hidrogênio verde no Complexo do Pecém e a Unigel terá o primeiro projeto em escala industrial no país”, exemplifica.

No caso da Unigel, a primeira fase do projeto está prevista para entrar em operação comercial no final deste ano. A planta usará energia eólica para produzir 10 mil toneladas de hidrogênio a partir da eletrólise e 60 mil toneladas de amônia verde por ano.

Biogás

O biogás também quer entrar nesse mercado. O diretor executivo da Abiogás, Gabriel Kropsch, explica que grande parte do hidrogênio produzido mundialmente é proveniente do gás natural fóssil, o que facilita o uso do biometano como opção.

“Uma vez que a molécula do biometano é igual à do gás natural, porém 100% renovável, o hidrogênio renovável a partir do biogás é obtido fazendo uso dos mesmos processos e da infraestrutura já existente, de forma competitiva. Trata-se, portanto, de uma solução imediata de descarbonização da rota mais utilizada hoje no mundo e que contribui para colocar o Brasil na liderança da produção de hidrogênio renovável”.

Política de incentivo

O presidente da Absolar, Rodrigo Sauaia, acredita que o Brasil pode se tornar líder na produção, consumo e exportação do hidrogênio com a criação de políticas ambiciosas que acelerem a reindustrialização verde.

“Para atingir a neutralidade de emissões de gases de efeito estufa até 2050, o Brasil precisa fazer a sua parte e pode transformar este desafio em uma grande oportunidade de acelerar seu desenvolvimento socioeconômico e ambiental”, afirma.

“Os analistas de mercado projetam que, em poucos anos, o Brasil poderá produzir o hidrogênio renovável mais competitivo do mundo, se desenvolver políticas públicas, programas e incentivos adequados”.

Comércio bilateral

A AHK Rio fica responsável pela relação bilateral entre Brasil e Alemanha. Com a assinatura do documento, ambos os países podem se beneficiar mutuamente.

O país europeu se tornou protagonista na transição energética com a participação do hidrogênio verde e um importante parceiro do Brasil na implementação de projetos relacionados ao combustível.

Por meio dos programas H2 Global e H2 Brasil, a Alemanha investiu no desenvolvimento de um mercado de hidrogênio renovável no Brasil. No ano passado, foi lançada a primeira chamada pública para compra global de hidrogênio, em que algumas empresas brasileiras participaram.

Para o diretor de Transição Energética e Sustentabilidade da AHK Rio, Ansgar Pinkowski, o Brasil agora tem a oportunidade de ser mais do que um país exportador de commodities, atraindo empresas para a fabricação de produtos com maior valor agregado.

“O desafio de transportar o hidrogênio renovável por longas distâncias favorece o desenvolvimento de indústrias próximas ao local onde ele é produzido, com efeitos positivos importantes na economia de vários países. As indústrias irão se instalar onde as condições climáticas e geográficas forem favoráveis à produção de hidrogênio renovável e o custo de transporte for baixo”, explicou.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 08/05/2023



JORNAL O GLOBO – RJ

NOME DE GALÍPOLO PARA DIRETORIA DO BANCO CENTRAL AGRADA A OPOSIÇÃO

Indicado a diretoria do BC, Gabriel Galípolo será cobrado por parlamentares para posicionamento isento ao governo

Por Manoel Ventura e Victoria Abel — Brasília



O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Gabriel Galípolo Institucionais - Foto : Washington Costa/MF

A escolha do atual secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Gabriel Galípolo, para a Diretoria de Política Monetária do Banco Central agradou senadores governistas e de oposição titulares da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado ouvidos pelo GLOBO. Os parlamentares sinalizaram, por outro lado, que o economista precisará ter uma postura técnica diante de decisões que levem a queda ou aumento do juros.

Galípolo foi anunciado como o escolhido do governo para o cargo nesta segunda-feira pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Ele também indicou Ailton Aquino dos Santos para a diretoria de Fiscalização do BC.

Os dois ainda precisam ser sabatinados e terem seus nomes aprovados pelos senadores da CAE e pelo plenário da Casa. Ainda não há data para análise dos nomes. Parlamentares do PP e PL não protestaram contra a indicação do governo e elogiaram o nome.

Ex-ministro de Jair Bolsonaro, o senador Ciro Nogueira (PP-PI) disse ter uma "boa impressão" do atual secretário, principalmente pelo diálogo estabelecido com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP). Já o senador Rogério Marinho (PL-RN) disse esperar isenção do indicado ao assumir o cargo.

— Espero que o indicado, caso seja escolhido, se atenha aos fundamentos da boa política monetária que o BC vem executando. Não ceda aos arroubos e despautérios do Lula e ministros que, aparentemente, acreditam que juros baixam com gritos e murros na mesa — afirmou Marinho.

Entre os governistas, o senador Renan Calheiros (MDB-AL) afirmou que a indicação foi muito boa e tem certeza que poderá melhorar a política monetária. Porém, lembrou que o Banco Central segue sendo autônomo.

— Terá que ser permanentemente técnico e autônomo. Com isso, influenciará decisões que o BC continua devendo — disse Calheiros ao se referir a queda na taxa de juros.

O também emedibista Eduardo Braga (AM) avalia que Gabriel Galípolo não sofrerá resistência de senadores.

— Gabriel Galipolo e Ailton Aquino são quadros experientes. Ambos bons nomes técnicos. Acredito que serão bem recebidos pelos colegas no Senado, onde serão analisadas as indicações - afirmou.

O senador Angelo Coronel (PSD-BA) disse que até os governistas foram surpreendidos com o anúncio e também pediu distanciamento de Galípolo com o governo para tomada de decisões.

— Fomos pegos de surpresa. Vamos avaliar seu currículo. O BC está bem representado, mesmo com os juros altos. Vamos ouvir o que ele tem a apresentar como sugestão para abaixar o juros. Não podemos pensar em abaixar o juros simplesmente com oba oba, temos que abaixar o juros com técnica — disse.

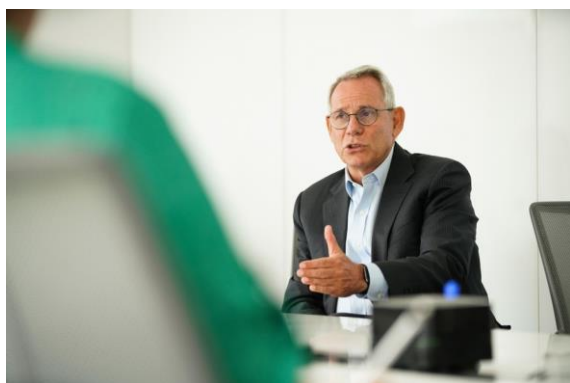
Fonte: O Globo - RJ

Data: 08/05/2023

SUZANO, GIGANTE BRASILEIRA DE CELULOSE, ESTUDA EXPORTAR EM YUAN PARA A CHINA

Para Walter Schalka, presidente da empresa, a moeda chinesa ganha importância e clientes menores exigem negócios atrelados à divisa

Por Bloomberg — Nova York



CEO da Suzano, Walter Schalka, em entrevista na sede da Bloomberg, em Nova York Institucionais - Foto :Christopher Goodney/Bloomberg

A Suzano, maior produtora do mundo de celulose de fibra curta, considera vender seus produtos para a China em yuans, em mais um sinal de que o dólar perde seu domínio nos mercados de commodities.

A moeda chinesa ganha importância e clientes menores exigem negócios atrelados ao yuan, afirmou o CEO da Suzano, Walter Schalka, em entrevista na sede da

Bloomberg em Nova York. A China é a maior compradora de commodities e responde por 43% da celulose da Suzano.

Embora o dólar permaneça dominante, o uso do yuan em contratos de todos os tipos, desde petróleo até níquel, ganha velocidade. As sanções que cercaram Moscou após a invasão da Ucrânia aumentaram esse ritmo. Schalka disse acreditar que o dólar se tornará menos relevante, mas reconheceu que ainda não houve uma “grande transição” para a moeda chinesa.

O aumento da tensão entre os EUA e a China é a principal preocupação da empresa, uma vez que pode prejudicar a demanda e os preços da celulose por um período prolongado, segundo ele.

“A China vai se tornar mais relevante no mercado global, não tenho dúvidas”, disse Schalka. “Minha percepção é que seria muito melhor ter uma colaboração de longo prazo entre o Ocidente e o Oriente, mas o que vemos é uma tensão crescente neste momento.”

Fonte: O Globo - RJ

Data: 08/05/2023

GOVERNO LULA VAI TENTAR REVERTER NO SENADO DERROTA DO MARCO DO SANEAMENTO, DIZ PADILHA

Câmara derrubou dispositivos que flexibilizam marco legal do setor

Por Alice Cravo — Brasília

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmou que o governo vai tentar reverter no Senado a derrubada de dispositivos modificados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no marco legal do saneamento básico. Na semana passada, a Câmara dos Deputados impôs uma derrota ao governo ao derrubar trechos do decreto, que ainda será analisado pelos senadores.

Os decretos de Lula, que já estão em vigor, flexibilizam pontos das atuais regras de concessão e exploração dos serviços de coleta de esgoto e tratamento de água nas cidades brasileiras.



Alexandre Padilha, ministro das Relações Institucionais - Foto : Antonio Cruz/Agência Brasil

Padilha afirmou ainda que em reunião com o presidente Lula ficou decidido que o governo intensificará o diálogo com o Senado para recolocar os trechos derrubados pela Câmara.

— Certamente (os votos serão cobrados). Um dos temas da reunião é exatamente esse. Você tem, por exemplo, o ministro das Cidades, que é um dos autores do decreto do saneamento. Você vê a bancada do MDB, votou contra. É o momento, inclusive, do ministro, da coordenação política, compreender quais foram os motivos — afirmou Padilha, completando: — Isso vai ser feito num ambiente o mais tranquilo possível.

A expectativa do ministro é que já nesta quarta-feira haja o primeiro encontro com o PSB. O vice-presidente Geraldo Alckmin, que integra a legenda, deve participar da reunião. O presidente Lula, no entanto, segundo Padilha, não estará presente nessas reuniões.

— Vamos dialogar no âmbito do Senado para explicar o mérito do decreto de saneamento, explicando que não tem nada que seja contra o que está estabelecido na lei. No dia 16 de maio o ministro das Cidades estará no Senado para explicar o mérito do decreto do saneamento — disse o ministro.

Mesmo partidos que têm ministros votaram contra o governo na Câmara. Padilha chamou o episódio de "derrota importante" e afirmou que o Congresso "nitidamente" deu um recado em relação ao tema. O ministro, no entanto, defendeu que a derrubada se deu em um momento que não causa impacto para o governo.

— Entendemos o que aconteceu na semana passada, uma derrota importante. Aconteceu num momento que você pode perder, que é no começo do campeonato. Mas estamos absolutamente convencidos de que vamos ganhar as vitórias mais importantes e vamos ganhar a final do campeonato ao longo da gestão.

O ministro falou com a imprensa após uma reunião com Lula, na qual foi tratada a estratégia de diálogo com a Câmara e com o Senado.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 08/05/2023

RELATOR DO ARCABOUÇO FISCAL AFIRMA QUE VOTAÇÃO DA URGÊNCIA DO PROJETO NA CÂMARA SERÁ DIA 16

Cajado afirma que mantém diálogo com a Fazenda

Por Victoria Abel, O Globo — Brasília

O relator do arcabouço fiscal na Câmara dos Deputados, Claudio Cajado (PP-BA), afirmou ao GLOBO que a urgência do projeto será votada em plenário no próximo dia 16 de maio. A data foi sinalizada pelo presidente da Casa, Arthur Lira (PP).

O encaminhamento da urgência, porém, não significa que o texto final será analisado em seguida. Ela apenas garante que a tramitação da proposta será mais rápida, indo direto ao plenário, sem precisar passar por debates em comissões específicas para o tema.



Relator do arcabouço fiscal afirma que votação da urgência do projeto na Câmara será dia 16 — Foto: Pablo Valadares/Câmara dos Deputados

Na semana passada, o vice-presidente da Câmara, Marcos Pereira (Republicanos), disse que a votação do mérito do arcabouço fiscal deve acontecer apenas no fim do mês, entre os dias 23 e 31 de maio.

Diálogo com o governo

O relator do novo marco fiscal afirmou ainda que mantém diálogo com técnicos do Ministério da Fazenda

para construção do texto, assim como recolhe sugestões de deputados da oposição.

A participação do governo na construção da proposta final pode garantir menos perdas ao ministro Fernando Haddad. Entre os pontos de modificação já estudados por Claudio Cajado estão: a obrigatoriedade do corte de despesas em caso de descumprimento das metas fiscais e a retirada de exceções a regra que hoje estão no texto enviado pelo governo.

— Estamos estudando cada uma das excepcionalidades apresentadas no texto original para vermos quais argumentos para tê-las no texto. Estamos também ouvindo as críticas. Ainda não tenho posição definitiva — disse o relator.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 08/05/2023

MINISTRO DE MINAS E ENERGIA DIZ QUE AÇÃO DO GOVERNO PARA AUMENTAR PODER SOBRE ELETROBRAS NÃO BUSCA REVER PRIVATIZAÇÃO

Silveira reconhece, porém, que União pode ajuizar nova ação contestando a venda da empresa

Por Renan Monteiro — Brasília



O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, durante audiência Pública na comissão de Minas e energia da Câmara dos Deputados — Foto: Lula Marques

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, afirmou nesta segunda-feira que a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) ajuizada pelo governo Lula junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) para aumentar o poder sobre a Eletrobras não tem como finalidade rever a privatização da empresa. Ele reconhece, contudo, que o governo pode mover nova ação contestando a desestatização.

A ação movida pelo governo na última sexta-feira questiona a restrição de voto aos acionistas que, individual ou coletivamente, reúnam mais de 10% do capital votante da empresa.

— Essa ADI nada tem a ver com a revisão da privatização. O que ela busca é de forma justa restabelecer os direitos políticos da União, que tem 43% da Eletrobras e, por um modelo de corporação completamente desequilibrado, só tem direito de voto a no máximo 10% — disse o ministro, em entrevista a CNN Brasil.

O poder de voto da União proporcional às ações totais do governo na empresa está sendo buscado na via judicial, considerando que não há perspectiva de eventuais mudanças no Congresso.

No último domingo, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), argumentou que o processo de desestatização da empresa foi um acerto do Congresso e disse que a intenção do

presidente Luiz Inácio Lula da Silva de questionar a privatização da Eletrobras causa uma “preocupação muito forte”.

Por outro lado, o ministro de Minas e Energia defende que a Eletrobras, como empresa do setor elétrico, precisa ter “uma mão firme do Estado”, para que garanta segurança energética, modicidade tarifária e preços justos à população. Segundo ele, a União deveria ter quatro membros no Conselho de Administração:

— A União só pode ter um praticante dos nove membros do Conselho (de Administração), criando uma desproporção. A ADI nada tem a dizer tem haver com a discussão de mérito da privatização, o que não impede que continue as discussões no governo sobre a possibilidade de se discutir juridicamente até mesmo a privatização, o que não está em pauta atualmente — disse.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 08/05/2023

REVER PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS É ‘PREOCUPANTE’, DIZ LIRA

Antes da venda, empresa prestava serviço de ‘péssima qualidade’, afirma o presidente da Câmara
Por Renan Monteiro — Brasília



O presidente do Senado, Arthur Lira (PP-AL) — Foto: Bruno Spada/Câmara dos Deputados

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), disse que a intenção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de questionar a privatização da Eletrobras causa uma “preocupação muito forte”.

— Essas questões de rever privatização preocupam. Você pode até não privatizar mais, não propor nenhuma privatização, mas mudar um quadro que já está jogado

e definido, e com muitas pessoas e com muitos grupos e com muitos países investindo, realmente causa ao Brasil uma preocupação muito forte — disse, em entrevista à CNN Brasil.

No final da última semana, a Advocacia-Geral da União (AGU) ingressou no Supremo Tribunal Federal (STF) com uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) que questiona trechos da privatização da Eletrobras. A AGU tenta aumentar o poder do governo sobre a empresa.

Hoje, qualquer acionista tem o poder de voto limitado a 10%. A União tem mais de 40% das ações com direito a voto, considerando a fatia do BNDES e seu braço de participações, a BNDESPar.

Em fato relevante distribuído nesta segunda-feira, a Eletrobras diz que a ação da AGU contraria premissas que embasaram investimento de novos acionistas na empresa quando da privatização, incluindo trabalhadores que usaram FGTS para comprar ações.

Lira argumenta que antes da privatização a Eletrobras não tinha capital suficiente para investimento e prestava serviço de “péssima qualidade”. Para ele, a decisão do Congresso na desestatização foi acertada. A empresa foi vendida no ano passado.

O presidente Lula, em visita a Londres durante a coroação do Rei Charles III, voltou a criticar o processo de privatização da empresa e disse que pretende entrar com uma nova ação questionando a capitalização da antiga estatal.

A privatização da empresa foi feita pelo governo do ex-presidente Jair Bolsonaro e o processo foi finalizado em 2022. Sem perspectiva de aprovação de alguma mudança no Congresso, o governo está buscando alterações no Judiciário.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 08/05/2023

SECRETÁRIO DE ECONOMIA VERDE DEFENDE 'METODOLOGIA BRASILEIRA' PARA O MERCADO DE CARBONO

Segundo Rodrigo Rollemberg, governo enviará ao Congresso um projeto regulamentando o setor no Brasil. Parte técnica da proposta ficará pronta em meados do mês que vem

Por Eliane Oliveira e Renan Monteiro, O Globo — Brasília



Rodrigo Rollemberg — Foto: Ministério do Desenvolvimento

O secretário de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do Ministério do Desenvolvimento, Rodrigo Rollemberg, afirmou ao GLOBO que as discussões para a elaboração de um projeto de lei regulamentando o mercado de carbono no Brasil serão concluídas em meados de maio. A partir daí, será tomada uma decisão sobre a tramitação do texto no Congresso.

Rollemberg, que é ex-governador do Distrito Federal, corrobora um estudo da Câmara de Comércio Internacional que estima ao Brasil receitas de até US\$ 120 bilhões com créditos de carbono até 2030.

Ele explica que a sua secretaria também está focada no licenciamento da energia eólica 'offshore'.

Como o governo vai desenvolver o mercado de baixo carbono no país?

A criação de uma Secretaria de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, demonstra um compromisso do governo do presidente Lula e do vice-presidente Geraldo Alckmin com essa pauta, que é a discussão da atualidade no mundo.

Novo serviço: Apple vai usar inteligência artificial para fazer 'coaching' em saúde e rastrear emoções
Nossa secretaria contribui para a formulação do que seria uma política de neointustrialização, com a articulação entre as diversas áreas da Esplanada dos Ministérios, do setor produtivo e da sociedade civil. Temos como prioridade, que é uma necessidade da indústria, a regulamentação do mercado de carbono.

Mas não existem projetos sobre o tema em tramitação no Congresso?

Pegamos os três projetos que tramitavam no Congresso, um na Câmara e dois no Senado, ouvimos vários especialistas, ouvimos a Confederação Nacional de Indústria e fizemos reuniões com um conjunto muito grande de empresas bastante significativas da economia brasileira.

Ouvimos a opinião de cada um e elaboramos um substitutivo, como uma minuta de proposta do governo para o tema. Apresentamos aos ministérios do Meio Ambiente, da Fazenda e para a Casa Civil. Depois, passamos a ter reuniões regulares, que acontecem toda semana no Ministério da Fazenda.

Quando o substitutivo ficará pronto?

A parte técnica deve estar pronta em meados de maio, para ser submetida a uma instância política, dos ministros, e para que a Casa Civil e a Secretaria de Relações Institucionais definam a melhor forma de tramitação no Congresso de uma proposta de governo. Entendemos que isso é fundamental para o Brasil e para a economia brasileira.

O que diz esse projeto?

Ele vai definir a governança do mercado de carbono, a autoridade, digamos assim, que vai organizar esse mercado. Vai definir as licenças de emissão para o setor e a alocação de cotas de emissão por empresa. Vai coordenar toda a área de monitoramento, relato e verificação dessas emissões.



Vai credenciar as certificadoras e garantir a integridade desses créditos de carbono que tenham comunicação com o mercado Internacional. Isso é fundamental, porque a partir de 2026 a Europa vai adotar a taxa de carbono e nós temos uma matriz energética limpa, uma pegada de carbono menor do que a maioria dos países.

Outro tema é a transição para uma energia limpa no Brasil e no mundo. Quais os planos do governo nessa área?

Estamos atuando na regulamentação das eólicas offshore. Já temos o projeto aprovado no Senado, que está na Câmara. Já tem no Ibama um conjunto de solicitações de licença para instalação. E, junto com as eólicas offshore, o que vem?

Vem uma possibilidade de se ter uma neointustrialização do país a partir das energias renováveis e produzindo algo que é extremamente importante para o país, que é uma desconcentração das plantas industriais no Brasil, beneficiando muito especialmente o Nordeste brasileiro, mas o Sul brasileiro também, que tem um grande potencial eólico.

Que impacto isso pode ter sobre a economia?

A partir dessas eólicas offshore, que têm uma capacidade muito grande de produção de energia, você pode produzir hidrogênio, que no nosso entendimento não deve ser visto como uma commodity que vai ser vendida para a Europa, mas que vai ser mais um insumo para você alimentar o parque industrial, reduzir as desigualdades regionais e desenvolver uma indústria de baixo carbono no país, que vai ser ainda mais competitiva.

Há algo voltado para a Amazônia?

Já recebi representantes das embaixadas da Alemanha, do Reino Unido, da França, da Dinamarca, da Holanda, países todos muito interessados em investir em bioeconomia. Temos um potencial extraordinário. Está na Casa Civil, para ser publicado, um decreto de habilitação da organização social que vai gerir o Centro de Biotecnologia da Amazônia, que vai se transformar em centro de bionegócios da Amazônia.

Essa nova personalidade jurídica, o CBA, vai permitir que a organização social receba recursos do polo industrial de Manaus e possa fazer parcerias com a iniciativa privada, como pesquisas, negociação de divisão de patentes e dos benefícios econômicos.

A falta de uma regulamentação para o mercado de carbono atrapalha decisões de investimentos no Brasil?

Faz com que o Brasil perca oportunidades de investimentos, porque uma empresa que desenvolve tecnologias, é inovadora e tem capacidade de produzir com baixo carbono agrega valor ao seu produto. Certamente, isso traz maior competitividade e abre um novo mercado.

A Câmara de Comércio Internacional e a WayCarbon fizeram um trabalho em que eles estimam que esse mercado pode gerar algo em torno de R\$ 120 bilhões até 2030 no Brasil. Se o Brasil contribuir para atingir as metas assumidas no Acordo de Paris, isso torna a indústria brasileira muito mais competitiva no mercado Internacional e gera mercado interno.

Nesse processo, o senhor visualiza uma aderência voluntária das empresas?

No mercado de carbono, não. Serão definidos setores. Normalmente, começa com os setores como aço, alumínio, cimento, indústria química e são definidas as cotas. Você tem uma cota do setor industrial, por exemplo, e você vai definir as alocações.

E ali você começa a criar um mercado. Aquele que emite mais vai ter que comprar de alguém que emitiu menos. Nesse comércio, o Brasil, como país que tem uma capacidade maior de reduzir as emissões, por causa da sua matriz energética limpa, pode tirar muito benefício disso.

Vocês estão aproveitando a experiência de outros países para formular esse projeto?

Ouvimos a experiência europeia, a experiência da Califórnia (EUA), para elaborarmos nossa própria proposta. Será uma proposta brasileira. Outra questão importante, que prevê uma articulação com o Ministério da Ciência e Tecnologia.

É muito importante o Brasil desenvolver capacidade de monitoramento, verificação e certificação com reconhecimento internacional, para que o Brasil não dependa apenas de metodologias europeias. Você não pode simplesmente transportar uma metodologia de um clima temperado para um clima tropical.

O setor industrial brasileiro está preparado para a descarbonização?

É impressionante como o setor industrial tem se antecipado a essa agenda. A indústria de cimento brasileira, por exemplo, tem uma pegada de carbono muito menor do que o cimento em qualquer outro lugar do mundo. O que está acontecendo com o etanol é impressionante. Hoje, nosso grande desafio são as cadeias de suprimentos dessas indústrias de energias renováveis, como insumos e equipamentos.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 08/05/2023

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

‘LULA DESTRÓI PATRIMÔNIO PÚBLICO EM EMBATE SOBRE A ELETROBRAS’, DIZ ELENA LANDAU

A economista diz que os dividendos da Eletrobras pagos ao governo podem ajudar o arcabouço fiscal, mas ameaças do presidente à segurança jurídica podem fazer esses valores derreterem

Por Lucas Agreia

ENTREVISTA COM

Elena Landau - Economista

Para a economista Elena Landau, o embate de Lula sobre o processo de privatização da Eletrobras, feito no ano passado, prejudica a segurança jurídica do País e destrói o patrimônio público ao desvalorizar as ações da empresa.

“Desde que o Lula assumiu, o valor da Eletrobras já caiu 20%. Com essa história de reestatização, o Lula está destruindo patrimônio público. As pessoas não sabem bem o valor de uma estatal, que está sendo derretido. Quando isso acontece, os dividendos derretem junto, e quem perde com isso é a população brasileira”, afirma ela, que comandou o programa de privatização do governo de Fernando Henrique Cardoso.



Elena diz acreditar que as críticas de Lula à Eletrobras têm intuito político, uma vez que são bem recebidas por seus apoiadores. Para ela, o presidente busca aumentar os assentos do governo no conselho de administração para distribuir cargos para sindicalistas ou membros do Centrão. “Não há sentido nenhum essa ação. Nem por motivos econômicos nem jurídicos. É apenas o Lula falando com o seu cercadinho”, diz.

Elena Landau diz que embate de Lula contra Eletrobras é puramente político Foto: GABRIELA BILO/ESTADÃO



As críticas do governo Lula ao processo de privatização da Eletrobras são cabíveis?

O governo está tentando intervir em um ato super perfeito do ponto de vista jurídico. O processo passou por todas as etapas. Houve projeto de lei que virou medida provisória e foi apreciada pelo Congresso Nacional. Depois foi transformada em um projeto de conversão que virou a lei que deu base a mudanças estatutárias aprovadas na assembleia. A partir daí, o processo foi consolidado. As regras passaram pelo Legislativo, algo que nem sempre acontece porque não é preciso, mas nesse caso passou. Nem assim será garantido o que foi prometido aos investidores? Isso pode ser um sinal de que, no Brasil, nem a lei vale. É óbvio que, se a lei for inconstitucional, há direito de recorrer ao STF. Nesse caso, o governo não conseguiu nem apresentar qual seria a inconstitucionalidade da lei. O princípio da proporcionalidade, que o governo usa de argumento, é como dar uma de João sem braço, não cabe. É o direito de espernear. Cabe ao STF devolver esse processo para garantir que no Brasil esse tipo de irresponsabilidade não progrida. Sou muito radical nesse ponto para garantir a segurança jurídica no País.

Como ficam os investidores que compraram ações da Eletrobras?

Quando falamos sobre os contratos, vemos que o investidor pagou o valor das ações com base na limitação de votos. Se os investidores achassem que não haveria limitação de voto de qualquer grupo, e não só do governo, não teriam pago o valor correspondente ao processo de capitalização. A limitação do voto é uma coisa comum. Não é algo contra esse ou aquele governo. É uma proteção normal do processo de capitalização. Digamos que essa irresponsabilidade do governo encontre eco no Supremo, o que eu duvido. O Lula vai gastar R\$ 60 bilhões para recomprar as ações ou ele vai dar um calote nos investidores? Essa é outra questão. O que dizem é que a Petrobras compraria de volta as ações da Eletrobras. O governo que prometeu botar o pobre no orçamento vai gastar com algo totalmente desnecessário? A Eletrobras parou de investir por causa da MP 579, da Dilma Rousseff. Foi a intervenção do PT que o Mauricio Tolmasquim hoje defende e também defendeu naquela época que destruiu a competência financeira da Eletrobras. A ideia da Petrobras comprar a Eletrobras deve ter partido do Tolmasquim porque ele assumiu a diretoria de energias renováveis na empresa. Foi a intervenção deles que destruiu a possibilidade da Eletrobras investir. Ela só voltou a investir depois de um choque de gestão e da privatização. A empresa acabou de anunciar a capacidade de investimento anual de R\$ 12 bilhões.

Por que a reestatização da Eletrobras vai contra a pauta social do governo?

Digo que há competição da reestatização da Eletrobras com gastos sociais porque as pessoas não levam em consideração que o pagamento de dividendos que a Eletrobras - ou a Petrobras - pode fazer contribui com o resultado primário, com o arcabouço fiscal. Não é uma coisa que está dando dinheiro para os acionistas. O maior acionista é o governo.

Então, a empreitada do governo em relação à Eletrobras é uma jogada política?

A Eletrobras não precisa de recursos públicos para investir. Não há sentido nenhum nessa ação. Nem por motivos econômicos nem jurídicos. É apenas o Lula falando com o seu cercadinho. Há um lado que realmente acredita que a Eletrobras ficaria melhor na mão do governo. O Tolmasquim acredita nisso. Ele argumenta que fez a intervenção no preço da Eletrobras para que as tarifas caíssem. Mas, quando olhamos a trajetória tarifária, foi exatamente no biênio após a MP 579 que as tarifas tiveram um choque de mais de 50% em dois anos. Lula quer indicar cargos de conselheiros na Eletrobras para sindicalistas ou para o Centrão. As pessoas que estão lá hoje são as responsáveis por tirar a empresa do buraco. Ele quer indicar pessoas que, no passado, mostraram que não sabem administrar a Eletrobras. Essa ação não faz qualquer sentido. Do ponto de vista social, toda vez que há intervenção dos preços quem paga é o mercado regulado, que vai ficar com as tarifas mais altas. E, se isso acontecer, parte do dinheiro da Eletrobras não vai mais para a conta do desenvolvimento energético para descontar o impacto sobre as tarifas. O governo vai perder mais de R\$ 30 bilhões, que no modelo de venda vão para o abatimento da tarifa. Não há justificativa sob nenhuma ótica. O resultado pode ser o pior possível, porque afeta o coração e a alma da segurança jurídica no Brasil.

A reestatização da Eletrobras traria impacto econômico para o consumidor na conta de energia?

Não. Se houver mudança na tarifa será para pior.



Qual seria o impacto da reestatização da Eletrobras para o setor de energia elétrica?

O impacto seria negativo. Desde que o Lula assumiu, o valor da Eletrobras já caiu 20%. Com essa história de reestatização, o Lula está destruindo patrimônio público. As pessoas não sabem bem o valor de uma estatal, que está sendo derretido. Quando isso acontece, os dividendos derretem junto, e quem perde com isso é a população brasileira. Essa ação do Lula é uma das mais irresponsáveis que eu já vi. Ela se junta com os decretos do Marco do Saneamento. Essas duas ações são de quebra de segurança jurídica e confronto com o Legislativo.

Uma das críticas feitas pelo presidente Lula foi o aumento dos salários de executivos da Eletrobras após a privatização. Qual sua visão sobre isso?

Ninguém ganha R\$ 360 mil por mês como disse o Lula. O salário é em 12 vezes, não 13 ou 14. Os vice-presidentes vão ganhar o equivalente ou menos do que os diretores da Petrobras. O salário de R\$ 60 mil de antes da privatização era o mais baixo entre as estatais, mais baixo do que o do BNDES. Nunca vi o Lula questionando os salários da Petrobras nem os benefícios que eles não contam, como seguro saúde para todo tipo de familiar. Tudo isso precisa ser incluído na conta para ser comparável. Fora isso, para atrair conselheiros de qualidade, é preciso remunerar bem. Mesmo assim, não tem ninguém ganhando R\$ 200 mil como foi dito. Isso não foi aprovado em assembleia. O que foi aprovado em 27 de abril, é público, é que o CEO ganha R\$ 300 mil ao mês, os vice-presidentes, em média, ganham R\$ 110 mil, o presidente do conselho ganha R\$ 85 mil e os demais conselheiros ganham R\$ 60 mil. Não há 13º salário nem FGTS nem gratificação de férias.

Os recursos da privatização da Eletrobras foram bem aproveitados pelo governo?

Todos os recursos foram gastos em três tipos de desembolso: R\$ 26 bilhões foram para o Tesouro no ano passado, R\$ 9 bilhões para fundos regionais e mais de R\$ 30 bilhões para descontos nas tarifas, via aporte na CDE. Nenhum dinheiro foi para a dívida pública.

Há como usar a Eletrobras para reduzir a dívida pública?

O governo manteve mais de 40% do capital porque a ideia era fazer uma oferta secundária de ações. Normalmente, após a privatização, as ações sobem muito e seria possível vender uma nova parcela, capital que o governo poderia decidir como usar. Ou ele iria para o resultado primário ou para abater dívida. Quem decide isso é o Tesouro Nacional, o que for mais importante no momento. Quando o Lula ameaça intervir nesse processo, os 43% em vez de valorizar são desvalorizados. 20% do valor já foi perdido. Ele está destruindo o impacto que poderia ter.

Essas medidas mostram que as privatizações não estão de forma alguma na agenda do governo?

Privatizações não estão na agenda do PT, o que não é uma surpresa. Por mais que eu discorde disso, quem votou no Lula já sabia disso. Tirar a Telebras do programa de privatização, por exemplo, é jogar dinheiro fora. Mas é uma opção política. Se o governo quer tirar dinheiro que iria para programas sociais para sustentar uma estatal, para cargo para os amigos, é uma decisão política. Não vejo problema nenhum nisso, é uma decisão ideológica. Mas o que ele faz com o Marco do Saneamento e o que ameaça fazer na Eletrobras tiraria todo o interesse da entrada do capital privado.

Quais são os riscos do embate do governo por mudanças no contrato de privatização da Eletrobras?

Precisamos ver se o Lula vai conseguir destruir o poison pill (mecanismos de proteção para acionistas minoritários de empresas de capital aberto contra tentativas de aquisição por outro investidor) que requer o pagamento de três vezes o valor das ações. Se isso acontecer, qualquer investidor pode pagar para ter o controle. Não é garantido que seja o governo. O Lula quer ter maioria no conselho de administração da Eletrobras, mas ele não vai conseguir isso com 43% do capital. É uma ação para o cercadinho dele. Nas redes sociais, os apoiadores estão aplaudindo.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 08/05/2023

COMO O GOVERNO LULA TENTA, NA PRÁTICA, REESTATIZAR A ELETROBRAS

Derrubada do limite de 10% do poder de voto daria à União a capacidade de dar as cartas na empresa, o que inclui as indicações políticas na direção
Por Redação

São Paulo - A privatização da Eletrobras, em junho do ano passado, foi um sucesso. Com a garantia de que a empresa passaria a ser gerida com a lógica privada, o que significaria principalmente o fim das indicações políticas na direção, os investidores, pessoas jurídicas e físicas, se animaram a colocar seu dinheiro na companhia - usando até recursos do FGTS. No final, a operação movimentou cerca de R\$ 34 bilhões.

A confiança dos investidores vinha do fato de que, no desenho da privatização, ficou definido, pelo Congresso Nacional, que nenhum investidor poderia ter mais de 10% do poder de voto na empresa, independentemente do número de ações que detenha. Na prática, a empresa não tem um controlador, o que garante que a administração tenha de responder a todos os sócios. É o modelo conhecido como “corporation”, já testado com sucesso no Brasil em uma outra ex-estatal, a Embraer.



Eletrobras levantou mais de R\$ 30 bilhões com privatização no ano passado Foto: Ueslei Marcelino/Reuters

Mas é isso que o governo Lula, menos de um ano após um processo bem-sucedido, tenta mudar. Em uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) enviada ao Supremo Tribunal Federal na sexta-feira, 5, questiona essa regra que limita o poder de voto a 10%, uma vez que a União detém 43% da companhia. Na prática, o que o governo tenta é uma reestatização da empresa, uma vez que, se o poder de voto volta a ser equivalente ao número de ações, seria ele novamente quem daria as cartas na companhia. O que incluiria a indicação das diretorias e dos presidentes das subsidiárias, como a Chesf, Furnas e Eletronorte - cargos ao longo do tempo disputados acirradamente pelos políticos.

No sábado, 6, em Londres, Lula disse que não considera justo o governo ter limite de voto na empresa, apesar da participação acionária de 43%. Mas disse que essa ainda não é a ação que questiona a privatização da empresa. Essa, ele afirmou que ainda vai mandar ao Supremo.

Para analistas, no entanto, é isso que ele já está fazendo. “Embora o governo tenha reiterado que o objetivo do processo não é solicitar a ‘renacionalização’ da Eletrobras, remover o limite de 10% dos votos daria a ele poder suficiente para dar as cartas na empresa - o que seria exatamente o oposto do motivo pelo qual os investidores optaram participar (da operação de privatização)”, disseram, em relatório, os analistas do BTG Pactual João Pimentel, Gisele Gushiken e Maria Resende.

“Os investidores participaram da oferta porque ela deu a oportunidade de investir em uma empresa muito melhor administrada, com grande espaço para crescimento com disciplina de capital e influência limitada do governo (ou de qualquer acionista individual). Por isso, o limite de 10% dos votos foi fundamental para o sucesso da operação. Sem ela, o custo de capital exigido pelos investidores para participar seria muito maior, o que provavelmente levaria ao insucesso do processo”, escreveram os analistas.

“Os investidores participaram da oferta porque ela deu a oportunidade de investir em uma empresa muito melhor administrada”

João Pimentel, Gisele Gushiken e Maria Resende, analistas do BTG Pactual

Para eles, a tentativa do governo, porém, deve enfrentar obstáculos. Um provável embaraço viria do fato de que há grandes chances de o processo parar nas mãos do ministro Kassio Nunes Marques,



relator de diversas ações que contestam a privatização da Eletrobras e para as quais não concedeu liminar. “Se a Justiça decidir que todos os processos sobre o mesmo tema devem necessariamente ir para Marques, o governo provavelmente enfrentará resistência”, escreveram.

Os analistas também lembraram que, recentemente, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, e o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas, reforçaram a legalidade do processo. “Tentar contornar essas instituições e decisões já aprovadas por meio de processos democráticos é um precedente preocupante não só para o setor, mas para outras empresas privadas e reguladas”, disseram.

Quebra de contrato

Para Antonio Siqueira, analista do Citi, o que o governo está tentando fazer constitui uma quebra de contrato, que pode ter efeitos maléficos para toda a economia do País. “Comprometer-se com contratos assinados por dirigentes anteriores dos quais se discorda é justamente o que faz de um país um bom lugar para alocar dinheiro de longo prazo (fundamental para investimentos em infraestrutura, que melhora diretamente a qualidade de vida de todos os brasileiros)”, disse.

Segundo ele, a economia de nenhum país se beneficia de quebras de contratos. “Que tipo de insegurança isso criaria para todos os outros investimentos? Quando os contratos são quebrados, tudo é possível”, disse.

Na mesma linha, o analista Rafael Nagano, do Credit Suisse, destaca que, conforme a Lei das S/A, nenhum direito ou cláusula estatutária que proteja os acionistas pode ser alterado sem o devido processo de votação em Assembleia Geral de Acionistas. “Desta forma, tal questionamento afetaria outras empresas listadas e não apenas a Eletrobras com um aumento da percepção de risco”, afirmou.

Nesse contexto, disse Siqueira, a expectativa do Citi é que o STF não altere nada relacionado à privatização da companhia. “A Suprema Corte brasileira tem agora, em mãos, a oportunidade de manter a antiga fama do Brasil de se comprometer com os contratos que assina.”

‘Direitos políticos’

De acordo com o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, o governo buscou “restabelecer os direitos políticos da União” ao entrar com ação no STF para tentar rever parte do modelo de privatização da Eletrobras. Segundo ele, apesar de o processo não discutir o mérito da desestatização, isso não impede que o debate sobre o tema continue no governo. O ministro ponderou, contudo, em entrevista à CNN Brasil, que uma tentativa de reverter a privatização não está em “pauta no momento”.

Silveira justificou a ação do governo afirmando que o setor elétrico é estratégico para o País e precisa de “mão firme do Estado” para atender os interesses da população, como uma precificação justa da energia. Por isso, criticou o modelo de privatização da estatal. Para Silveira, o formato é “desequilibrado”. “É injusto que pequeno grupo de acionistas possa ter controle de empresa estratégica como Eletrobras. Inadmissível que União tenha 43% das ações e poder votante de até 10%”, disse, sobre as críticas de que o movimento do governo causa insegurança aos investidores. “É pacífico dentro do governo que tenhamos o direito de buscar no Judiciário essa discussão.”

O movimento do governo provocou um forte recuo nas ações da empresa na manhã desta segunda-feira. Os papéis se destacaram entre as maiores quedas do Ibovespa, recuando até 4,15% (ON) e 3,94% (PN) na mínima durante a manhã. No início da tarde, porém, reduziram a queda para -0,82% e -1,13%, respectivamente. /Luciana Collet, Ludmylla Rocha e Amanda Pupo

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 08/05/2023



MERCADO REDUZ PROJEÇÕES PARA A INFLAÇÃO DESTE ANO, APÓS CINCO SEMANAS DE ALTA

No Boletim Focus, do BC, analistas mantiveram a expectativa para a Selic no fim do ano e em 2024
Por Thais Barcellos

Brasília - As projeções para a inflação começaram a cair, ainda que levemente, no Boletim Focus, elaborado pelo Banco Central, divulgado nesta segunda-feira, 8. A expectativa para o IPCA deste ano caiu de 6,05% para 6,02%, após cinco semanas de alta. Um mês antes, a mediana era de 5,98%.

Para 2024, ano em que o BC mira na estratégia de convergência da inflação para a meta, a projeção passou de 4,18% para 4,16%, ante 4,14% de quatro semanas atrás.

Apesar da queda nesta semana, a mediana no Focus para a inflação oficial em 2023 está bem acima do teto da meta (4,75%), apontando para três anos de descumprimento do mandato principal do Banco Central, após 2021 e 2022. Para 2024, a mediana já está acima do centro da meta (3%), mas ainda dentro do intervalo de tolerância superior, que vai até 4,5%.

Na reunião Copom deste mês, o BC manteve suas projeções para a inflação no cenário de referência com estimativas de 5,8% em 2023 e 3,6% para 2024. Em um cenário alternativo, em que a Selic fica estável por todo o horizonte relevante, as projeções da autoridade são de 5,7% para 2023 e 2,9% para 2024.

Taxa de juros

Após a reunião do Copom de maio, a expectativa para a taxa básica de juros no fim de deste ano continuou estável no Boletim Focus. Na semana passada, o Copom decidiu manter a Selic em 13,75% ao ano pela sexta reunião seguida.

A mediana para os juros básicos no fim de 2023 seguiu em 12,5% ao ano. Para o término de 2024, a expectativa também continuou em 10% pela 12ª semana consecutiva. Há quatro semanas, as estimativas eram de 12,75% e 10%, nessa ordem.

Na terceira reunião do Copom no novo governo Lula, o colegiado afirmou que a apresentação do arcabouço fiscal reduziu parte da incerteza, mas que a conjuntura é marcada por um processo de desinflação que tende a ser lento em meio às expectativas de inflação desancoradas. Segundo o colegiado, esse contexto demanda maior atenção na condução da política monetária.

O BC ainda repetiu que vai continuar vigilante, avaliando se a estratégia de manutenção da taxa Selic por período prolongado será capaz de assegurar a convergência da inflação à meta. Mas acrescentou que o cenário de retomada da alta de juros é menos provável, embora garanta que não hesitará em tomar esse caminho caso o processo de desinflação não ocorra como o esperado.

No Focus, a projeção para a Selic no fim de 2025 continuou em 9%, mesma mediana de quatro semanas atrás. O boletim ainda trouxe a projeção para a Selic no fim de 2026, que subiu de 8,88% para 9%, de 8,75% um mês antes.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 08/05/2023



Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

CCR ENTRA EM NOVO CICLO COM EXPANSÃO SELETIVA

Grupo segue estudando novos ativos, mas foco será entregar investimentos de R\$ 35 bilhões já contratados

Por Taís Hirata — De São Paulo



Miguel Setas: "O grupo teve uma expansão relevante. Hoje, não estamos desesperados para crescer" — Foto: Leonardo Rodrigues/Valor

Com novos acionistas e sob novo comando, o grupo CCR inaugura um ciclo de crescimento mais seletivo, que deverá ser marcado pela digestão das concessões conquistadas recentemente e pela potencial venda de ativos. Oportunidades de expansão seguem em estudo, mas "sem sufoco", segundo Miguel Setas, que assumiu a presidência da maior concessionária de infraestrutura do país em 24 de abril.

"O grupo teve um crescimento muito relevante nos últimos anos. Não estamos desesperados para crescer", afirmou o executivo, em conversa com o Valor.

Nos próximos meses, a CCR deverá atualizar seu plano estratégico, diz ele. Alguns pilares deverão se manter: o foco no mercado brasileiro e nos três setores em que o grupo já atua - rodovias, mobilidade urbana e aeroportos.

Questionado sobre o interesse em novos segmentos, o executivo afirma que "gostaria de reservar espaço para essa definição", mas que a sinalização dos acionistas até o momento é de priorizar os modais já presentes no portfólio.

A chegada do novo CEO e a rediscussão da estratégia acontecem cerca de um ano após a mudança no quadro de acionistas da CCR, com a venda da participação da Andrade Gutierrez para a Votorantim e a Itaúsa, em julho de 2022. Os dois novos sócios passaram a integrar o bloco de controle da empresa, ao lado da Soares Penido e da Mover (antiga Camargo Corrêa).

A troca de gestão também se dá após um período de forte expansão da empresa nos últimos três anos. A lista de contratos assinados desde 2020 inclui: em rodovias, a BR-101 em Santa Catarina e a nova concessão da Dutra; em mobilidade, as linhas 8 e 9 da CPTM, em São Paulo; e, em aeroportos, dois blocos com 15 terminais federais e Pampulha (MG).

Hoje, o volume de investimentos a serem realizados é de R\$ 35 bilhões, somando todas as concessões vigentes. Só neste ano, as obrigações chegam a R\$ 8,2 bilhões - o que significa que o ritmo de investimentos da companhia se multiplicou por quatro, em relação ao patamar de obras que a empresa vinha fazendo nos últimos anos, diz o presidente.

Setas destaca que, ainda assim, a CCR segue estudando novos projetos. Entre as oportunidades previstas para 2023, estão os lotes de rodovias do Paraná e o leilão da linha 7 da CPTM em São Paulo, que será licitada junto ao Trem Intercidades, até Campinas.

"Há uma série de oportunidades na mesa. Se entendermos que alguns desses ativos são estratégicos para o grupo, temos que criar condições para participar. Mas buscamos um crescimento rentável e sustentável", destaca.

Além das licitações públicas, o executivo afirma que estão em estudo oportunidades de aquisições nos modais de interesse.



Uma das estratégias para abrir espaço ao crescimento é a venda de ativos. Alguns movimentos nesse sentido já foram feitos, como a alienação da Samm (empresa de comunicação multimídia) e a recente desistência do projeto de construção do Nasp (Novo Aeroporto de São Paulo).

Setas afirma que ainda não há uma definição de outros ativos que poderão ser vendidos. Ele cita a concessão da CCR Barcas, de transporte aquaviário no Rio de Janeiro, como um exemplo de contrato que não estaria no centro da estratégia do grupo. “Mas não sabemos ainda se é um ativo para venda, se as condições de alienação seriam positivas. Pode não haver oportunidade, então é uma equação que depende muito do momento de mercado”, diz.

Outra estratégia de crescimento em estudo é a busca de sócios para os projetos - no segmento de mobilidade urbana, por exemplo, a CCR tem disputado em sociedade com o grupo Ruas, por meio da ViaMobilidade.

“Um novo sócio pode fazer sentido se trazer competências que agregam ao grupo ou se eu quiser criar espaço no balanço para crescer de uma forma mais rápida ou, então, para compartilhar riscos. Portanto, fazer parcerias é algo que está no nosso quadro de soluções possíveis”, diz.

Outro desafio que Setas assume logo na chegada é a crise em torno da concessão das Linhas 8 e 9 da CPTM, cujas falhas na operação têm sido alvo de críticas e de investigação do Ministério Público de São Paulo, que ameaça buscar a rescisão do contrato - cenário que Setas considera remoto.

Ele afirma que o grupo já demonstrou em outros ativos sua capacidade de gestão, e que os problemas atuais são fruto de uma infraestrutura assumida em condições piores, em comparação com as de outras linhas de mobilidade do grupo. A operação também trouxe outras novidades ao grupo, por se tratarem de linhas ferroviárias, e não metroferroviárias, diz.

Hoje, a CCR tem buscado um acordo com a promotoria. Em fevereiro, a concessionária já havia se comprometido com a antecipação de R\$ 519 milhões de investimentos e R\$ 117 milhões de obras adicionais, não previstas inicialmente. Agora, a empresa propõe outros R\$ 87 milhões.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 08/05/2023

AGENDA DE EMPRESAS: ELETROBRAS AVALIARÁ MEDIDAS CONTRA TENTATIVA DE REESTATIZAÇÃO

Confira o que você precisa saber e acompanhar nesta segunda-feira
Por Valor — São Paulo

A Eletrobras reagiu nesta manhã, por comunicado, à ação direta de inconstitucionalidade proposta pela União, que questiona o teto de 10% do capital votante a qualquer acionista da companhia. A empresa diz que o processo de desestatização “seguiu fielmente todo o trâmite legalmente previsto”, e que avaliará as medidas que eventualmente deverão ser adotadas visando a manutenção de ambiente confiável para a realização de investimentos pela Eletrobras e a segurança jurídica dos acionistas e do mercado em geral.

Em evento não relacionado, a Eletrobras informou na quinta-feira, que foi deferido pedido de suspensão de liminar e sentença formulado pela Eletrobras Eletronorte, que afasta, até o trânsito em julgado do processo originário, a aplicação da decisão judicial anteriormente proferida, que havia determinado a suspensão de toda e qualquer atividade nas terras indígenas Canabrava/Guajajara, Rodeador, Lagoa Comprida e Urucu/Juruá.

Fleury

O Fleury vem enfrentando desde sexta-feira problemas no sistema de comunicação com os hospitais atendidos, o que vem acarretando atrasos de várias horas para entrega dos exames, por causa de um ataque cibernético.



Vivara

A Vivara obteve lucro líquido de R\$ 38,5 milhões no primeiro trimestre, queda de 16% em relação ao mesmo período de 2022. O resultado é atribuído ao menor crédito de imposto diferido na comparação dos períodos. A companhia faz sua teleconferência às 10h.

Braskem

Em resposta a questionamento da Braskem sobre eventual proposta para compra do controle da companhia, a Novonor informou que não recebeu qualquer proposta de possíveis interessados.

Petrobras

A Petrobras informou que recebeu da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) a autorização para retomar a produção de mais nove instalações do Polo Bahia Terra.

Allied e Americanas

A Allied recebeu a confirmação da quitação por parte da Seguradora Atradius Crédito y Caución dos créditos que tem a receber da Ameri

canas, referentes a sua operação de distribuição. O valor de R\$ 78,7 milhões será recebido hoje (8).

Springs Global

A Springs Global conseguiu, em negociação com clientes, alongar vencimentos das dívidas com a obtenção de novo prazo médio de desembolsos superior a três anos, até março de 2030. Os desembolsos previstos para 2023 tiveram redução de 80%. O acordo segue-se à parceria anunciada no mês passado como a plataforma digital Shein, depois de negociações com o governo federal.

Santos Brasil

A Santos Brasil movimentou 106,4 mil contêineres em abril, uma queda de 9,5% em comparação com o mesmo período de 2022. Desse volume, 70,9 mil contêineres estavam cheios e 35,4 mil estavam vazios.

Wilson Sons

A empresa de logística portuária Wilson Sons movimentou 74,9 mil TEUs (medida equivalente a um contêiner de 20 pés) em abril de 2023, alta de 4,6% em relação ao volume do mesmo período de 2022.

Gol

A demanda total da Gol aumentou 13,6% em abril deste ano em relação ao mesmo mês de 2022. A oferta total cresceu 12,5%, enquanto a ocupação ficou em 78,9%, recuo de 0,8 pontos percentuais.

Randon

A Randon informou que o banco Morgan Stanley atingiu participação de 4,9% na companhia, o equivalente a 10,6 milhões de ações.

Enauta

A Queiroz Galvão afirmou que, até o momento, não celebrou nenhum acordo que determine a venda da sua participação na Enauta. — Foto: Bloomberg

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 08/05/2023

SEMANA TEM PETROBRAS, ITAÚ E MRV ENTRE DESTAQUES DOS BALANÇOS DO 1º TRIMESTRE

Por Valor — São Paulo

A penúltima semana da temporada de resultados do primeiro trimestre é, de longe, a mais movimentada, com mais de uma centena de empresas divulgando seus números. Entre os destaques estão Braskem, Cyrela, Itaú Unibanco, MRV e Petrobras.



Na segunda-feira (8), BTG Pactual, Itaú Unibanco, Braskem e TIM estão entre as companhias que divulgam seus balanços.

CVC, Ecorodovias, Telefônica e Yduqs publicam seus números na terça-feira (9).

Na quarta-feira (10), é a vez de Copel, Enauta, Odontoprev e Qualicorp anunciarem seus resultados.

A Petrobras divulga na quinta-feira (11) seus resultados. Também anunciam seus números no mesmo dia B3, CPFL, Cyrela, JBS, MRV, Porto e Sabesp.

Encerram a semana os balanços de Equatorial, Raízen e Tecnisa na sexta-feira (12).

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 08/05/2023



AGÊNCIA BRASIL - DF

HADDAD VIAJA AO JAPÃO PARA PARTICIPAR COMO CONVIDADO DE REUNIÃO DO G7

É a primeira vez que um ministro brasileiro participa do encontro

Por Paula Laboissière – Repórter da Agência Brasil - Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, embarca na noite desta segunda-feira (8) para o Japão, onde participa como convidado da reunião do G7, grupo formado por Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá. Esta é a primeira vez que um ministro brasileiro da Fazenda participa do encontro, que reúne ministros de finanças e chefes dos bancos centrais das sete maiores economias do mundo.

Na agenda de Haddad, há um encontro com a secretária do Tesouro dos Estados Unidos, Janet Yellen, para discutir a reforma do Banco Mundial e uma reunião com o economista Joseph Stiglitz para tratar de política industrial verde. Está prevista ainda uma reunião com o ministro das Finanças do Japão, Shunichi Suzuki, e encontro com a ministra da Índia, Nirmala Sitharaman, para alinhar a atual presidência do G20 (grupo formado por ministros de finanças e chefes dos bancos centrais das 19 maiores economias do mundo e da União Europeia), exercida pelo país asiático, com a próxima, que será do Brasil.

As sessões oficiais do G7 começam na próxima sexta-feira (12) e, de acordo com o Ministério da Fazenda, Haddad tem presença confirmada nelas todas. A primeira mesa, que contará também com a presença de Joseph Stiglitz, vai abordar o futuro do Estado de bem-estar social. A segunda sessão discutirá a macroeconomia de países emergentes e a terceira, o desafio do financiamento, sobretudo na área de infraestrutura.

No sábado (13), Haddad retorna ao Brasil, com previsão de pouso em São Paulo na manhã do domingo (14). Durante sua participação no G7, o ministro tem como pauta três pontos principais: reforçar a relevância do Brasil no cenário internacional, discutir reformas necessárias para a economia e criar laços com atores do G7 e convidados, conforme informou a pasta.

“A presença de Haddad no evento também posiciona o ministro como um dos mais ativos internacionalmente, sobretudo entre os latino-americanos. Além disso, o Brasil tem a tarefa de defender a importância do G20, considerando o papel que o país desempenha por ser o próximo a presidir o bloco”, destacou o ministério. Outros países fora do G7 e convidados para a reunião incluem Indonésia e Índia.

Fonte: Agência Brasil - DF

Data: 08/05/2023

HADDAD ANUNCIA GABRIEL GALÍPOLO PARA DIREÇÃO DE POLÍTICA MONETÁRIA DO BC

Por Daniel Mello - Repórter da Agência Brasil - São Paulo



O secretário-executivo, Gabriel Galípolo, e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, assumem os cargos em cerimônia no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB). Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou hoje (8), na capital paulista, dois novos diretores para o Banco Central (BC). Para a Diretoria de Política Monetária, foi indicado Gabriel Galípolo, que é atualmente secretário-executivo do Ministério da Fazenda. Para a Diretoria de Fiscalização, o nome anunciado foi o de Ailton de Aquino Santos, servidor de carreira do banco.

Os nomes devem passar por aprovação no Senado Federal. O BC tem, no total, oito diretores, além do presidente.

Segundo Haddad, os nomes já receberam o aval do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. O ministro disse ainda que a primeira pessoa a considerar Galípolo para a função foi o atual presidente do BC, Roberto Campos Neto. A ideia é que os indicados promovam uma integração entre o Ministério da Fazenda e o Banco Central.

A secretaria executiva do Ministério da Fazenda deve ser ocupada por Dario Durigan.

Convergência

O ministro enfatizou a expectativa de que a indicação favoreça uma convergência entre a política monetária do Banco Central e a política fiscal do governo federal.

“Nós estamos nos reunindo permanentemente com as equipes do Banco Central. E eu entendo que esse movimento vai fortalecer ainda mais a aproximação nessa direção, de buscar a convergência da política econômica, para oferecer ao país as condições de crescer com inflação baixa”, acrescentou.

O presidente Lula e o próprio Haddad têm criticado a manutenção da taxa básica de juros no patamar atual (13,75%) e cobrado uma redução do percentual.

O ministro também afirmou que o novo secretário executivo da pasta é um nome de grande confiança.

“Dario não é apenas uma pessoa de altíssima qualificação técnica, é uma pessoa com quem eu interajo há muitos anos e com quem eu tenho absoluta confiança de que vai prosseguir na tarefa que essa equipe que foi montada está perseguindo”, disse.

Durigan foi assessor de Haddad entre 2015 e 2016, quando ele era prefeito de São Paulo, e trabalhou na Casa Civil no governo da presidente Dilma Rousseff (2011 a 2015). Atualmente, ele era responsável pela área de políticas públicas do Whatsapp – Brasil.

Fonte: Agência Brasil - DF

Data: 08/05/2023

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

CDFMM APROVA ALTERAÇÃO DE ESTALEIRO PARA REPARO E MODERNIZAÇÃO DE EMBARCAÇÕES DE APOIO

Por Danilo Oliveira INDÚSTRIA NAVAL 08/05/2023 - 20:02



Arquivo/Divulgação Dock Brasil

Resolução, publicada em caráter 'ad referendum', prevê realocação de serviços que ocorreriam no estaleiro Wilson Sons (SP) para execução em instalações no Rio de Janeiro e na região Norte

O presidente do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM), Roberto Gusmão, aprovou, em caráter ad referendum, a realocação do site para execução de serviços de reparos e modernização do estaleiro Wilson Sons (SP) para os estaleiros Eram, que possui unidades no Pará e no Amazonas, para o Mauá (RJ) e para as empresas Dock Brasil e Dockshore, que possuem diques flutuantes e instalações no Rio de Janeiro. De acordo com a resolução do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), são processos com prioridades de financiamento pelo fundo setorial concedidas em reuniões ordinárias do conselho em 2022 e que já estão contratadas.

Um deles prevê a transferência, do estaleiro Wilson Sons para o estaleiro Mauá, de um projeto para a modernização do sistema de posicionamento dinâmico (upgrade de DP1 e DP2) do PSV 4.500 (transporte de suprimentos) Torda, da Magallanes Navegação. O estaleiro em Niterói (RJ) também deve executar o contrato para a modernização (upgrade) do sistema granel e a adequação dos TIC e VDR da mesma embarcação. A resolução prevê ainda uma alteração, do estaleiro Wilson Sons (SP) para o Eram, relativa às embarcações Telescopium, Corona, Marte e Pollux II, enumeradas no projeto priorizado de manutenção e reparo de 28 rebocadores do grupo.

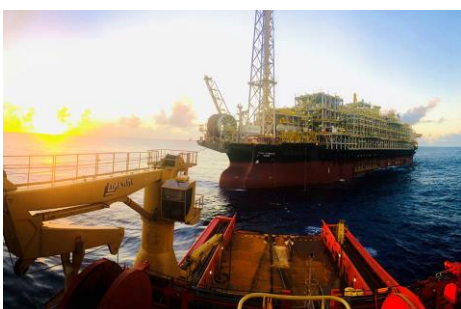
Outra autorização ad referendum que consta na norma publicada menciona a alteração de estaleiro para manutenção/reparo e modernização dos PSVs Batuira (4.500), Cormoran (3.000) e Sterna (4.500), da Wilson Sons Ultratug Offshore, no escopo do projeto anteriormente aprovado como prioritário em 2022. Ela estabelece a mudança da embarcação Batuira, do estaleiro Wilson Sons, para o estaleiro Mauá; da Cormoran para serviços das empresas Dock Brasil Estaleiros e Dockshore; e da Sterna para a Dock Brasil Engenharia e Serviços. A resolução do CDFMM/MPor entrou em vigor nesta segunda-feira (8), data da publicação no Diário Oficial da União.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 08/05/2023

FROTA DE APOIO MARÍTIMO SE MANTÉM ESTÁVEL NO 1º TRIMESTRE

Por Danilo Oliveira OFFSHORE 08/05/2023 - 18:41



Em relação a março de 2022, houve incremento de 12 embarcações, segundo levantamento do Syndarma/Abeam, mantendo 90% sob bandeira brasileira. AHTS (manuseio de âncoras) somaram 56 unidades no período (14%)

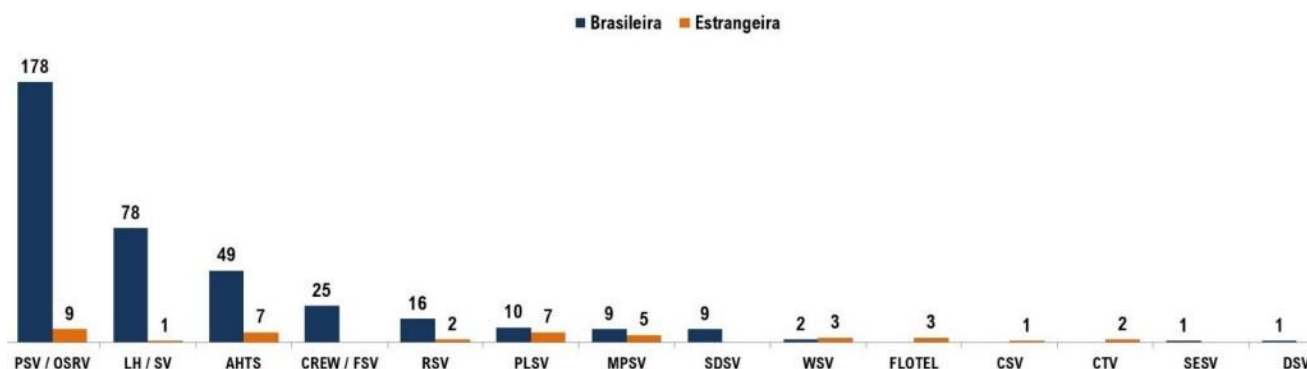
A frota de apoio marítimo em águas jurisdicionais brasileiras fechou o primeiro trimestre de 2013 estável, com um total de 418 embarcações, mesma quantidade que em janeiro e fevereiro e uma a menos do que em fevereiro. Em relação a

março de 2022, houve um incremento de 12 embarcações, segundo o relatório mais recente da Associação Brasileira das Empresas de Apoio Marítimo (Abeam) e do Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima (Syndarma). Foram 378 embarcações de bandeira brasileira (90%) e 40 de bandeira estrangeira (10%), ante 377 brasileiras e 42 estrangeiras na posição de fevereiro de 2023.

Em dezembro passado e janeiro de 2023, o levantamento Syndarma/Abeam havia identificado 418 embarcações, das quais 377 de bandeira brasileira e 41 de bandeiras estrangeiras. Em relação a dezembro de 2015, quando a demanda começou a ser impactada pela retração no setor de petróleo e gás, foram desmobilizadas 183 embarcações de bandeira estrangeira e acrescentadas 106 de bandeira brasileira. Cerca de 69 embarcações, originalmente de bandeira estrangeira, tiveram suas bandeiras trocadas para o pavilhão nacional nesse período.

Nem todas as unidades listadas na publicação estão em operação, pois o relatório inclui embarcações que podem ou não estar amparadas por contratos, estar no mercado spot, em manutenção ou fora de operação. O relatório não considera embarcações dos tipos lanchas, pesquisa, nem embarcações com porte inferior a 100 TPB ou BHP inferior a 1.000. Os dados foram obtidos junto à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), à Diretoria de Portos e Costas da Marinha (DPC), publicações especializadas e informações das empresas.

Distribuição da frota total por tipo de embarcação e bandeira



Fonte: Syndarma/Abeam

frota-syndarma-abeam-distribuicao-marco-2023.jpg

De acordo com a publicação, a frota em março era composta por 45% de PSVs (transporte de suprimentos) e OSRVs (combate a derramamento de óleo), totalizando 187 barcos, uma a menos do que em fevereiro. Outros 19% eram LHs (manuseio de linhas e amarrações) e SVs (mini supridores), que correspondem a 79 barcos. Os AHTS (manuseio de âncoras) somaram 56 unidades no período (14%), enquanto 25 barcos de apoio eram FSVs (supridores de cargas rápidas) e crew boats (transporte de tripulantes), 18 RSVs (embarcações equipadas com robôs), 17 PLSVs (lançamento de linhas) e 14 MPSVs (multipropósito). Os demais segmentos de supplies somam uma fatia de 22%.

A Bram Offshore/Alfanave continua sendo a empresa de navegação com mais embarcações, em operação ou aguardando contratação, com 66 unidades (6 são estrangeiras). A CBO, que opera 44 barcos de apoio, todos de bandeira brasileira, segue na segunda posição nesta última atualização. A Starnav vem em seguida, com 42 barcos de pavilhão nacional, conforme em janeiro e fevereiro, e com um a mais que em dezembro.

Frota de bandeira brasileira e estrangeira - Ordem decrescente

Grupo	PSV / OSRV	LH / SV	AHTS	RSV	PLSV	MPSV	SDSV	WSV	CREW / FSV	CSV	CTV	FLOTEL	SESV	DSV	Total
BRAM OFFSHORE	46		10	2	2	2		4							66
CBO	25		14	5											44
STARNAV	21	17	2		1	1									42
WSUT	23				2										25
OCEANPACT	11	2	3	3		3			2						24
TRANSHIP	1	22	1												24
DOF / NORSKAN			9	5	5	2								1	22
CAMORIM	1	16													17
BRAVANTE	12												1		13
FARSTAD	1		3	1		1				1					7
MAERSK	2		5												7
UP OFFSHORE	7														7
OCEÁNICA			1			1	4								6
ASGAARD BOURBON	1		3					1							5
MARLIN	4		1												5
SIEM	4								1						5
CMM	4														4
OSM						1					2	1			4
SAPURA					4										4
ASSO MARÍTIMA	2		1												3
GALÁXIA	3														3
SUBSEA7		1			2										3
TECHNIP					1	2									3
DEEP SEA	1			1											2
HORNBECK	1					1									2
POSIDONIA			2												2
SISTAC							2								2
FUGRO BRASIL				1											1
Total	170	58	55	18	17	14	6	5	3	1	2	1	1	1	352

Fonte: Syndarma/Abeam

230508-tipos-embarcacoes-empresas-associadas-syndarma-abeam.jpg

Segundo o relatório, 25 embarcações de bandeira brasileira faziam parte da frota da Wilson Sons Ultratug em março, assim como nos dois meses anteriores. A OceanPact e a Tranship, ambas com 24 barcos de apoio de bandeira brasileira cada, e a DOF/Norskan com 22 unidades (17 de bandeira brasileira e 5 de bandeira estrangeira) aparecem na sequência. Já a Camorim tinha nesse período 17 unidades em sua frota, todas de bandeira brasileira.

A frota da Bram/Alfanave, segundo o relatório, conta com 46 PSVs/OSRVs, 10 AHTS, dois PLSVs, dois RSVs, dois MPSVs, entre outras embarcações. A CBO é a empresa de apoio offshore que, em março, tinha mais AHTS: 14 embarcações desse tipo. A Tranship foi a empresa no período com mais embarcações LH/SV: 22 unidades, seguida pela Starnav, com 17, e pela Camorim, com 16.

Leia também: Frota de apoio marítimo em AJB cresceu 6% no último ano

<https://www.portosenavios.com.br/noticias/offshore/frota-de-apoio-maritimo-cresceu-6-no-ultimo-ano>

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 08/05/2023

VLI REALIZA PRIMEIROS EMBARQUES DA SAFRA DE AÇÚCAR DE 2023

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 08/05/2023 - 16:46



Carga captada em vários estados brasileiros foi enviada à África e ao Oriente Médio

Responsável por 27% da exportação de açúcar realizada pelo Porto de Santos, o Terminal Integrador Portuário Luiz Antônio Mesquita (Tiplam), da VLI, acaba de registrar os primeiros embarques da safra 2023 da commodity. Por meio do sistema integrado da VLI, o açúcar captado em estados como Goiás, Minas Gerais e São Paulo é armazenado no Terminal Integrador de Guará, em São Paulo, de onde é levado ao Tiplam pela Ferrovia Centro-Atlântica. Os dois primeiros navios

partiram em direção à África e ao Oriente Médio, regiões que, juntamente com a Ásia, reúnem os principais destinos do açúcar produzido no Brasil.

A perspectiva para a safra 2023/2024 de cana-de-açúcar é positiva, segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), que prevê um aumento de 4,4% em comparação com a safra 2022/2023, com a produção de 637,1 milhões de toneladas. Os fluxos de açúcar têm início em maio e seguem até o segundo semestre, com picos de volume nos meses de junho, julho e agosto. Para dar vazão aos carregamentos, a companhia utiliza o Corredor Logístico Centro-Sudeste da FCA.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 08/05/2023

PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL TEM CONCLUÍDA A DRAGAGEM DE DOIS BERÇOS DE ATRACAÇÃO

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 08/05/2023 - 16:36



Para manter a eficiência e a segurança da navegação, dois berços de atracação do Porto de São Francisco do Sul passaram pelo processo de dragagem.

O serviço foi realizado pela draga russa "Optimus" durante o mês de abril e consistiu na manutenção da profundidade dos berços 301 e 302 do Terminal Santa Catarina (Tesc), área arrendada há mais de duas décadas no complexo portuário do Norte catarinense.

Ao todo, o Porto de São Francisco conta com sete berços.

Na operação foram dragados aproximadamente 100 mil metros cúbicos de sedimentos, equivalente à capacidade de transporte de 2 mil caminhões trucados.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 08/05/2023

ARTIGO - A DIGITALIZAÇÃO E A CONFIANÇA DOS FINANCIADORES

Por Ivan Leão OPINIÃO 08/05/2023 - 10:21

Na indústria offshore, o aumento da digitalização dos processos apresenta um benefício colateral que é o aumento de confiança dos financiadores de projetos.

A digitalização e automação nos processos de produção de petróleo e gás em alto-mar, com interligação de unidades flutuantes por fibra óptica, anunciado pela Petrobras em agosto de 2022, marca um novo estágio atingido. A "Transformação digital - Usando a integração de dados para gerar valor para cadeia de O&G" foi um dos temas na programação de conferências da Rio Oil & Gás 2022.

A Halliburton informou, no final março, um acordo para a Petrobras usar sua plataforma digital Landmark iEnergy - DecisionSpace 365 - Geoscience Suite, incluindo tecnologias de nova geração em nuvem, para apoiar seus programas estratégicos de exploração e produção. Marta Abrão, gerente geral de Tecnologias de Aplicação e Dados de Exploração da Petrobras, disse que a tecnologia "pode acelerar a transformação digital e otimizar as atividades exploratórias". Nagaraj Srinivasan, vice-presidente sênior da Halliburton Digital Solutions, destaca que a ferramenta digital permite que geólogos e engenheiros da Petrobras extraiam mais valor de seus dados e tomem decisões mais informadas todos os dias".

Carlos Costa, diretor da divisão de estruturas da Trimble Brasil, vê os estaleiros brasileiros com contratos de construção de módulos de FPSOs como um mercado promissor para tecnologias digitais e de monitoramento em tempo real que ampliam o desempenho e os resultados. A



digitalização dos estaleiros para projetos e execução de módulos e plataformas passa pela substituição gradual das entradas e saídas de documentos por sistemas integrados de modelagem da informação da construção (BIM). Contratantes de plataformas adotam novas soluções na engenharia de projetos e a possibilidade de colaboração, compartilhamento e comunicação com o processo de produção no canteiro de obras seria um diferencial relevante e desejado.

A Trimble desenvolve ferramentas digitais para o segmento de estruturas, além de hardware para diversas outras áreas. Oferece um ambiente digital de colaboração em tempo real, como serviço, através de soluções em software (SaaS). O avanço físico da obra é resultado da evolução desse processo, abrindo caminho para eventuais premiações resultantes de cumprimento ou antecipação de prazos contratuais. Decisões baseadas em dados precisam dos dados, e estes precisam ser gerados em plataformas compatíveis com requisitos mais complexos e interconectados de modo a gerar mais previsibilidade, fluidez e resultados de acordo ou além das expectativas.

Jon Fingland, gerente geral de Soluções Colaborativas da Trimble (nos EUA), em recente artigo aponta que empresas de arquitetura, engenharia e construção (AEC) estão ampliando a inteligência de negócios em processos, tecnologias e pessoas. Os provedores de processos digitalizados para este setor estão contratando pessoas com novos conjuntos de habilidades, como cientistas de dados, diretores de dados, especialistas em blockchain e especialistas em design e construção virtuais. A adoção de tecnologia nos canteiros de obra está crescendo, com aumento na utilização de drones e 80% dos engenheiros na obra capturando dados com dispositivos móveis

A Offshore Energy, especializada no setor de produção de petróleo offshore, publicou em 12 de abril de 2023 informação divulgada pela Wärtsilä sobre a operação dos módulos de energia do FPSO P-63, em operação no campo de Papa-Terra, em contrato de manutenção otimizada de cinco anos com a 3R Petroleum. A Wärtsilä destaca que a manutenção otimizada fornece previsibilidade de custos e disponibilidade de ativos, orientada por dados, do planejamento à execução. Explica que o suporte evita tempo de inatividade não programado, permitindo que os clientes se concentrem em seus negócios principais. É um exemplo da manutenção como um serviço executado a partir de sistemas digitalizados através dos centros de tecnologia da Wärtsilä, na Finlândia.

Em setembro de 2022, a revista Upstream publicou entrevista realizada pelo jornalista Gareth Chetwynd com Eirik Waerness, economista chefe da Equinor, durante a Rio Oil& Gas, apontando uma mudança de pensamento nas grandes petroleiras, evitando a dependência maciça de países ou empresas fornecedoras. Reconhece um aspecto geopolítico nas escolhas dos países que petroleiras e afretadoras desejam na sua cadeia de suprimentos. São decisões que levam a soluções de "nearshoring" ou mesmo "inshoring", mas trata-se essencialmente de fazer com que as cadeias de suprimentos funcionem. Esse pensamento pode levar a mudanças, como a reativação da construção naval offshore no Brasil, pela Petrobras.

O Brasil é reconhecido detentor de grandes reservas provadas de petróleo. Financiadores internacionais viabilizam recursos para a construção de FPSOs para operação no offshore brasileiro. No início de março a SBM informou a contratação de financiamento do FPSO "Almirante Tamandaré", no valor total de US\$ 1,6 bilhão, com consórcio de 13 bancos internacionais, cobertura de seguro de quatro agências de crédito à exportação internacionais. O custo médio ponderado da dívida de 6,3% ao ano, com início de pagamento na entrega do equipamento para operações.

Em abril, o jornalista Fabio Palmigiani, correspondente no Rio de Janeiro da revista Upstream, informou o acordo em que a AIG Asset Management, a Contrarian Capital Management, a Moneda e a Allianz assumiram o controle do braço de perfuração da Ocyan. Viabilizando a conclusão do processo de reestruturação da empresa. O negócio de sondas de perfuração passa a ter como acionistas controladores os detentores de títulos da dívida. Passam a operar frota brasileira de plataformas de alta especificação composta pelo semissubmersível "Norbe VI" e os navios-sonda "Norbe VIII", "Norbe IX", "ODN I" e "ODN II". Os financiadores reconhecem as oportunidades no offshore brasileiro.

O Brasil avançou na exploração de campos do pré-sal, que hoje são a maior parte da produção nacional de petróleo. Isso foi possível graças às diversas tecnologias desenvolvidas, de reservatórios aos sistemas flutuantes de produção, passando por poços e infraestrutura submarina de escoamento. Diversos desafios continuam sendo enfrentados para garantir a segurança e despesas operacionais progressivamente menores e cada vez mais sustentáveis.



Ivan Leão é diretor da **Ivens Consult**

O que está acontecendo agora pode ser considerado um momento definidor. Uma janela de oportunidades que, segundo analistas, se estreita à medida que a transição para energias renováveis amplia restrições aos combustíveis fósseis. Decisões que forem tomadas poderão criar oportunidades na indústria de fornecedores ao setor de petróleo e gás. Entre estes segmentos estão os serviços de navegação

de apoio offshore, a construção naval e a ampliação das unidades industriais locais de fornecedoras internacionais.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 08/05/2023

NAVALSHORE AMAZÔNIA TEM 100% DOS ESPAÇOS COMERCIALIZADOS

Da Redação ESPECIAL NAVALSHORE 07/05/2023 - 11:28



A primeira edição da Navalshore Amazônia, que será realizada no centro de convenções Vasco Vasques, tem 100% do espaço de exposição comercializado. Serão 54 estandes, representando mais de 100 marcas nacionais e internacionais. Dedicada à indústria naval fluvial, o evento reunirá fornecedores de produtos e serviços especializados, como fabricantes de motores, equipamentos de comunicação e estaleiros.

Segundo os organizadores, a procura por espaços na feira continua, mas não há mais possibilidade de expansão física no pavilhão.

A feira e conferência é um desdobramento da tradicional Navalshore realizada desde 2004 no Rio de Janeiro, dedicada à indústria naval marítima. A Navalshore é a maior feira do segmento na América do Sul e considerada ponto de encontro obrigatório para empresas de navegação, estaleiros e fornecedores de navieças.

Paralelamente à feira, será realizada conferência e um ciclo de palestras. A conferência, realizada nos dois primeiros dias do evento, terá dois painéis. No dia 24, o primeiro painel será dedicado ao financiamento à indústria naval, com a participação de entidades como o Ministério de Portos e Aeroportos, a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e da Caixa Econômica Federal.

No dia 25, o painel terá como tema "O futuro da navegação na Amazônia – Tendências e Oportunidades", com a participação do Instituto de Pesquisas Tecnológicas, SINDNAVAL - Sindicato da Indústria da Construção Naval, Náutica, Offshore e Reparos do Amazonas e Sindicato das Empresas de Navegação Fluvial no Estado do Amazonas (Sindarma).

O credenciamento de visitantes para a Navalshore e para a conferência é gratuito e deve ser feito pelo link https://inscricaoeletronica.app.br/navalshore_am/

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 08/05/2023

RECEITA DA MAERSK CAI 26% NO PRIMEIRO TRIMESTRE 2023/2022

Da Redação NAVEGAÇÃO 07/05/2023 - 11:14



A AP Moller - Maersk obteve uma receita 26% menor no primeiro trimestre. A empresa destaca que o resultado era esperado. "A contínua redução de estoques e a redução de congestionamentos portuários resultaram em menores volumes em todos os segmentos. A receita diminuiu 26% para US\$ 14,2 bilhões, de US\$ 19,3 bilhões. O EBITDA diminuiu para US\$ 4,0 bilhões, de US\$ 9,1 bilhões, e o EBIT para US\$ 2,3 bilhões, de US\$ 7,3 bilhões", informa em nota. A expectativa é de que o primeiro trimestre seja o mais forte do ano.

"Entregamos um desempenho financeiro sólido em um mercado desafiador com menos demanda causada por estoques em declínio. A visibilidade permanece baixa no restante do ano e, passando pela normalização do mercado, continuamos focados em gerenciar os custos de forma proativa. À medida que nos adaptamos a um ambiente de negócios que foi alterado radicalmente, continuamos a apoiar nossos clientes para que enfrentem seus desafios nas suas cadeias de suprimentos. Estamos satisfeitos em ver que os clientes continuam valorizando as soluções de logística integrada e a estreita colaboração que oferecemos", disse Vincent Clerc, CEO da Maersk.

No transporte marítimo, as receitas caíram US\$ 5,7 bilhões para US\$ 9,9 bilhões. A lucratividade do trimestre foi significativamente menor em comparação com o primeiro trimestre de 2022, principalmente devido a menores taxas e volumes de frete, à medida que a demanda foi reduzida. "No entanto, medidas proativas de contenção de custos foram bem-sucedidas e a temporada de negociação de contratos no transporte marítimo está ocorrendo de acordo com as expectativas", diz a companhia.

Em logística e serviços, a receita cresceu 21%, para US\$ 3,5 bilhões, impulsionada pela consolidação de aquisições. Organicamente, o primeiro trimestre foi afetado por menores volumes causados por correções de estoques, principalmente por varejistas norte-americanos e europeus, que foram parcialmente compensados por ganhos de novos negócios. Além disso, o desempenho dos negócios subjacentes foi afetado por taxas mais baixas no segmento de carga aérea e demanda mais fraca no comércio eletrônico.

Em terminais, as receitas foram afetadas por menores volumes e receitas de armazenagem, tanto pela menor demanda quanto pelo alívio do congestionamento portuário. A receita diminuiu para US\$ 876 milhões, de US\$ 1,1 bilhão, mas o forte controle de custos contribuiu para o sólido desempenho financeiro contínuo em Terminais.

O primeiro trimestre foi marcado pela contínua redução de estoques na Europa e principalmente na América do Norte. Embora seja difícil prever o momento exato, a Maersk espera que os volumes aumentem gradualmente na segunda metade do ano.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 08/05/2023

PRODUÇÃO DE PETRÓLEO CRESCE 4,5% EM MARÇO SOBRE O MESMO MÊS DE 2022

Da Redação OFFSHORE 07/05/2023 - 11:04



A produção nacional de petróleo e gás natural somou 3,987 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boe/d) em março, dos quais 3,115 milhões de barris por dia (bbl/d) de petróleo e 138,531 milhões de metros cúbicos por dia (m³/d) de gás natural. No petróleo, houve redução de 4,5% na comparação com o mês anterior e aumento de 4,5% em relação a março de 2022. No gás natural, a produção diminuiu 5,5% em relação a fevereiro de 2023 e aumentou 3% na comparação com o mesmo mês do ano anterior.

Os principais motivos para a queda da produção foram as paradas programadas nas unidades de produção Petrobras 77 (jazida de Búzios) e FPSO "Guanabara" (jazida de Mero), no pré-sal da Bacia de Santos. Variações na produção são esperadas e podem ocorrer devido a fatores como paradas programadas de unidades de produção em função de manutenção, entrada em operação de poços, parada de poços para manutenção ou limpeza, início de comissionamento de novas unidades de produção, dentre outros. Tais ações são típicas da produção de petróleo e gás natural e buscam a operação estável e contínua, bem como o aumento da produção ao longo do tempo.

Pré-sal

A produção no pré-sal em março foi de 3,007 milhões de boe/d e correspondeu a 75,4% da produção brasileira. Foram produzidos 2,363 milhões de barris diários (bbl/d) de petróleo e 102,43 milhões de metros cúbicos por dia (m³/d) de gás natural por meio de 142 poços. Houve redução de 8% em relação ao mês anterior e de aumento de 4,6% na comparação com o mesmo mês do ano anterior.

Aproveitamento do gás natural

Em março, o aproveitamento do gás natural foi de 97,4%. Foram disponibilizados ao mercado 48,04 milhões de m³/d e a queima foi de 3,60 milhões de m³/d. Houve redução na queima de 5,5% em relação ao mês anterior e aumento de 20,9% na comparação com março de 2022.

Origem da produção

Em março, os campos marítimos produziram 97,7% do petróleo e 86% do gás natural. Os campos operados pela Petrobras, sozinha ou em consórcio com outras empresas, foram responsáveis por 90,16% do total produzido. A produção teve origem em 5.564 poços, sendo 505 marítimos e 5.059 terrestres.

Campos e instalações

No mês de março, o campo de Tupi, no pré-sal da Bacia de Santos, foi o maior produtor de petróleo e gás, registrando 850,44 mil bbl/d de petróleo e 40,55 milhões de m³/d de gás natural. A instalação com maior produção de petróleo foi a FPSO Carioca na jazida compartilhada de Sépia, com 167,188 mil bbl/d, e a que teve maior produção de gás natural foi Polo Arara, nos campos de Arara Azul, Araracanga, Carapanaúba, Cupiúba, Rio Urucu e Sudoeste Urucu, com 7,95 milhões de m³.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 08/05/2023

PORTO DO RECIFE REALIZA OPERAÇÃO INÉDITA DE EMBARQUE DE ÁLCOOL

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 07/05/2023 - 10:55



O Grupo JB passou a exportar pelo porto combustível para Cuba, República Dominicana e Nigéria

Foi concluído semana passada embarque de álcool do Grupo JB pelo Porto do Recife. Esta foi a primeira vez que esse tipo de carga foi embarcado no porto da capital pernambucana.

Foram exportados 1,98 milhão de litros de álcool safra de cana 2022/2023. Ao todo, foram realizados nesta safra cinco embarques, totalizando mais de oito milhões litros que

seguiram com destino a Cuba, República Dominicana e Nigéria.

“Essa operação amplia o leque de oportunidades de negócios para o Porto do Recife, uma vez que outras destilarias podem se sentir atraídas pela inovação logística que esse modelo do Grupo JB abre para todos”, afirma Tiago Almeida, diretor executivo de operações portuárias da Agemar, empresa responsável pela operacionalização do embarque da carga.

O Grupo JB possui agroindústrias produtoras de álcool do Espírito Santo e em Pernambuco. Até a safra anterior, a empresa realizava suas exportações de álcool pelo porto de Vitória, mas, por questões de logística, passou agora a operar no Recife.

A Agemar, que foi convidada para realizar o embarque inédito, já atua como operadora portuária há 40 anos e possui experiência no embarque e desembarque das mais diversas cargas como bobinas de aço, trigo, barrilha e milho no Porto do Recife, além de coque de petróleo e clínquer, no Porto de Suape.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 08/05/2023

PPSA DIVULGA CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Da Redação OFFSHORE 07/05/2023 - 10:46

A Pré-Sal Petróleo (PPSA) publicou, na sexta-feira (5), a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa e o Relatório Anual da Administração, ambos relativos a 2022. Ainda este mês será publicado o Relato Integrado 2022.

A Carta Anual é um relato sobre as atividades da empresa, suas práticas de governança, compromisso público, controles de risco e dados econômico-financeiros. O Relatório Anual também traz informações consolidadas sobre o trabalho realizado ao longo do ano e acompanha as demonstrações contábeis, publicadas anteriormente no Diário Oficial da União.

O ano de 2022 foi marcado por excelentes resultados para a PPSA. A produção de petróleo no regime de partilha de produção foi quase o quádruplo da de 2021 e, ao final do ano, a empresa contabilizou uma arrecadação recorde de R\$ 4,71 bilhões para o Tesouro Nacional com a comercialização da parcela de petróleo e gás natural da União, 285% a mais que no ano anterior.

A empresa fez a gestão de 19 contratos de partilha de produção, contra 17 em 2021 e se prepara para receber outros quatro este ano, frutos do 1º Ciclo de Oferta Permanente de Partilha de Produção. Para os próximos anos, a perspectiva é de crescimento. De acordo com estudo apresentado no Fórum Técnico anual da empresa, de 2023 a 2032, os contratos terão uma produção acumulada de 7,7 bilhões de barris de petróleo produzidos. Desse total, a União terá acumulado 1,9 bilhão de barris de petróleo.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 08/05/2023

ARCELORMITTAL ANUNCIA NOVO CICLO DE INVESTIMENTO PARA O CENTRO DE INOVAÇÃO NA CAPITAL MINEIRA

Da Redação ECONOMIA 07/05/2023 - 10:39



Espaço da produtora de aço em parceria com a Fiemg é focado em pesquisas e soluções no segmento industrial e completa quatro anos de atividades

A ArcelorMittal, a Federação das Indústrias do Estado de Minas (Fiemg), por meio do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), a Embrapii (Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial) e as empresas Belgo Arames, Delp Engenharia e MRS Logística assinaram convênio para um novo ciclo de investimentos da ordem de R\$ 12 milhões no Centro de Inovação e Tecnologia SENAI (CIT Senai), em Belo

Horizonte.

O novo aporte está direcionado para o Centro de Desenvolvimento da Tecnologia de Manufatura Aditiva por Deposição a Arco (CDT MADA), voltado para a impressão 3D de peças metálicas de grande porte.

Este novo investimento visa o desenvolvimento de inteligência artificial para monitoramento e controle do processo de impressão 3D com arames, nominado como projeto Dedicar. Tal iniciativa irá possibilitar a abertura de uma linha de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias absolutamente inovadoras e disruptivas para o processo de manufatura aditiva por deposição a arco (Mada) a nível mundial. A inteligência artificial apresenta o potencial de alavancar a aplicação da Mada em escala industrial, ao proporcionar a eficácia necessária para a produção de peças com geometrias complexas de forma assertiva e qualificada.

Dos R\$ 12 milhões que serão investidos no projeto Dedicar, R\$ 10,7 milhões são recursos do mecanismo "Basic Funding" da Embrapii, que busca incentivar empresas a investir em projetos de inovação disruptivos para o desenvolvimento de tecnologias em estágios iniciais de maturidade. O valor complementar do investimento de R\$ 1,3 milhão será aportado pelos atores envolvidos no projeto em conjunto com os Institutos Senai de Inovação de Belo Horizonte (MG) e Joinville (SC), as startups 3D Lopes e Strokmatic.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 08/05/2023

ÍNDICE PROGRESSIVO PODE SER ALTERNATIVA PARA ESTIMULAR CONTEÚDO LOCAL

Por Danilo Oliveira INDÚSTRIA NAVAL 06/05/2023 - 01:03



Arquivo/Divulgação

Revisão de percentuais para projetos da indústria naval e offshore voltará a ser discutida pelo governo, segundo presidente da Transpetro

O governo voltará a discutir a questão do conteúdo local para projetos da indústria naval e offshore. A afirmação é do presidente da Transpetro, Sérgio Bacci, que observa a necessidade de uma revisão dos percentuais, de forma a adequá-los aos tipos de projetos e ao momento atual dos estaleiros e da cadeia de suprimentos, que foi desmobilizada nos últimos 10 anos. Ele ponderou que a decisão passa pelas instâncias de governo e pela Petrobras, mas disse que pode sugerir que seja adotado um modelo de escalonamento desses índices que dê tempo para atração da indústria de navieças para o Brasil e torná-la sólida.

Bacci simulou que um índice de 65% para uma sonda, por exemplo, dificilmente seria alcançado no curto prazo porque a indústria de navieças ainda não estaria recomposta novamente. Ele propõe que seria necessário começar com índices menores e reavaliá-los de tempos em tempos, conforme as características de evolução da cadeia de suprimentos e do perfil de equipamentos das sondas, petroleiros, gaseiros, barcos de apoio marítimo, balsas e outros tipos de embarcações.

O presidente da Transpetro contou que a Casa Civil está trabalhando no tema da retomada da construção naval sob a ótica da geração de empregos. Ele considera o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) um entusiasta dessa indústria, que é tema recorrente nas agendas ao estado do Rio de Janeiro. "Hoje, a indústria naval é um segmento da economia que pode ajudar muito na questão de emprego", afirmou Bacci, durante coletiva de imprensa, na última quinta-feira (4).

Segundo Bacci, a Controladoria-Geral da União (CGU) está disposta a dialogar para buscar soluções para que os estaleiros brasileiros possam novamente constuir embarcações no Brasil. Ele afirmou que os órgãos de controle estão convencidos de que é preciso virar a página e lembrou que muitas das empresas investigadas na Lava Jato fecharam acordos de leniência e regularizaram suas



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 078/2023
Página 65 de 65
Data: 08/05/2023
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

situações. Bacci acrescentou que órgãos de controle e empresas hoje possuem sistemas de governanças rígidos que ajudam a evitar possíveis problemas de desvios.

A Transpetro possui um comitê independente que analisa processos de fornecedores e aprimorou processos para evitar problemas no futuro, com utilização de due dilligences para saber quais fornecedores apresentam problemas e se entregam dentro do prazo. "O processo que o país passou nos últimos anos ajudou a construir essa governança para evitar problema no futuro. Estamos muito melhor calçados do que estivemos no passado", garantiu. Bacci acrescentou que o BNDES vai avaliar as situações das empresas na hora de decidir sobre o financiamento dos projetos.

Ele comparou que a diferença de agora em relação à época do Promef é a história e o aprendizado. "Ao chamar CGU e TCU (Tribunal de Contas da União), damos um recado concreto de que não queremos ter problema. Precisamos construir uma política industrial de longo prazo no país, e ela passa pela indústria naval. O setor dificilmente se recompõe se tiver problema. Queremos ter um programa de construção de navios do ponto de vista econômico, da necessidade e dos controles. Esta é grande diferença do passado", frisou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 08/05/2023



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 08/05/2023